



Desenho e Implementação de um Modelo de Análise Financeira numa IPSS

Natalina Daniela Silva Duarte

Aluna n.º 14718

COIMBRA

outubro de 2016

Desenho e Implementação de um Modelo de Análise Financeira numa IPSS

Natalina Daniela Silva Duarte

Aluna n.º 14718

Trabalho de projeto submetido ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Análise Financeira, realizado sob a orientação da Professora Sónia Rito.

COIMBRA

outubro de 2016

“Numa sociedade verdadeiramente livre e civilizada, o lugar central deve ser dado às associações e organizações voluntárias. É do fortalecimento deste sector intermédio entre o governo e o mercado, um setor de base voluntária, que cada vez mais depende a solução para problemas públicos. ”

Alves e Moreira, 2004

Resumo

O presente relatório de trabalho de projeto surge no âmbito do Curso de Mestrado em Análise Financeira do Instituto superior de Contabilidade e Administração de Coimbra. O título de projeto é “Desenho e Implementação de um Modelo de Análise Financeira numa IPSS” e tem como principal objetivo apresentar um modelo de análise financeira suportado nos indicadores vulgarmente utilizados pelas entidades do setor lucrativo mas cujo cálculo e leitura deve ser adaptada aos objetivos particulares das IPSS.

Efetivamente, nas últimas décadas, tem-se assistido ao crescimento de um conjunto de organizações de carácter associativo, cooperativo ou mutualista, usualmente incluídas no Terceiro Setor e designadas de Organizações Sem Fins Lucrativos. Inseridas neste agregado encontram-se as IPSS que têm vindo a ganhar terreno no campo das funções sociais e no campo das funções económicas. A importância crescente deste subsector na economia nacional leva a que estas entidades passem a estar cada vez mais expostas ao escrutínio público, sendo pressionadas a demonstrar, qualitativa e quantitativamente, o impacto da sua atividade na comunidade e a eficácia na utilização dos recursos angariados.

A análise do desempenho e situação financeira das IPSS pode ser aferida com base em diferentes instrumentos analíticos. Os rácios financeiros são um deles. Desde há muito tempo eles são utilizados para avaliar o desempenho, situação financeira e condições de sustentabilidade das empresas do setor lucrativo. Neste projeto procura-se mostrar a sua relevância e aplicabilidade nas entidades do setor não lucrativo, em particular nas IPSS.

Palavras-chave: Terceiro Setor, Entidades do Sector Não Lucrativo, Análise Financeira

Abstract

This project work report comes under the Master in Financial Analysis of the Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra. The project title is "Design and Implementation of a Financial Analysis Model in Private Institutions of Social Solidarity" and aims to present a financial analysis model supported by the indicators commonly used by entities of profit sector but whose calculation and reading should be adapted to the objectives particular the Private Institutions of Social Solidarity.

Indeed, in recent decades, we have witnessed the growth of a set of associative character organizations, cooperative or mutualist, usually included in the third sector and designated Nonprofit Organizations. Inserted in this household are the PISS that have been gaining ground in the field of social functions and in the field of economic functions. The growing importance of this sub-sector in the national economy means that these organizations start to be increasingly exposed to public scrutiny, under pressure to demonstrate, qualitatively and quantitatively the impact of their activity in the community and effectiveness in the use of funds raised.

The analysis of the performance and financial position of the PISS can be measured based on different analytical instruments. Financial ratios are one of them. For a long time they are used to evaluate the performance, financial condition and conditions of sustainability of companies in the nonprofit sector. In this project we aimed to demonstrate its relevance and applicability in the nonprofit sector entities, particularly in the PISS.

Keywords: Third Sector, Nonprofit Entities, Financial Analysis

Índice geral

Resumo	ii
Abstract.....	iii
Índice geral	iv
Índice de quadros.....	v
Índice de figuras	v
Lista de siglas	vi
Introdução.....	1
I. Enquadramento teórico	4
I.1. Instituições Particulares de Segurança Social.....	4
1.1.1. Enquadramento legal.....	4
1.1.2. Enquadramento fiscal	8
1.1.3. Enquadramento contabilístico	12
1.1.4. Enquadramento de fiscalização	17
1.1.5. Características particulares.....	19
I.2. A análise financeira nas IPSS	23
1.2.1. Introdução.....	23
1.2.2. Análise da rendibilidade e eficiência.....	26
1.2.3. Análise do equilíbrio financeiro	31
I.3. Limitações à utilização dos rácios	38
II. Aplicação prática a uma IPSS	41
II.1. Caracterização da entidade	41
II.2. Breve caracterização da envolvente	43
II.3. Análise financeira.....	44
2.3.1. Análise da rendibilidade e eficiência.....	44
2.3.2. Análise do equilíbrio financeiro	49
II.4. Conclusões e recomendações	57
Conclusões.....	60
Bibliografia.....	62
Anexos	66

Índice de quadros

Quadro 1: Normalização contabilística das ESNL.....	14
Quadro 2: Categorias de risco de uma ESNL (adaptado de Omar <i>et al.</i> , 2013).....	22
Quadro 3: Indicadores de rendibilidade	28
Quadro 4: Indicadores de liquidez	33
Quadro 5: Indicadores de solvabilidade	35
Quadro 6: Utentes por resposta social da SCM de Tarouca.....	42
Quadro 7: Estrutura etária da população de Tarouca, Censos 2011	43
Quadro 8: Equipamentos sociais no concelho de Tarouca, Segurança Social, 2015	44
Quadro 9: Rendimentos e gastos da SCM de Tarouca, 2012-2015.....	45
Quadro 10: Indicadores de rendibilidade da SCM de Tarouca, 2012-2015	47
Quadro 11: Resultados por resposta social da SCM de Tarouca, 2012-2015	48
Quadro 12: Balanços da SCM de Tarouca, 2012-2015	50
Quadro 13: Balanços patrimoniais da SCM de Tarouca, 2012-2015	50
Quadro 14: Indicadores de liquidez da SCM de Tarouca, 2012-2015	51
Quadro 15: Resumo da Demonstração de Fluxos de Caixa da SCM de Tarouca, 2012-2015	54
Quadro 16: Indicadores de solvabilidade da SCM de Tarouca, 2012-2015	54
Quadro 17: Balanço Funcional da SCM de Tarouca, 2012-2015	56

Índice de figuras

Figura 1: Estrutura do balanço funcional (adaptado de Neves, 2004)	37
Figura 2: Evolução dos resultados da SCM de Tarouca 2012-2015	45
Figura 3: Evolução da distribuição percentual dos rendimentos da SCM de Tarouca 2012-2015	46
Figura 4: Evolução do montante dos rendimentos da SCM de Tarouca 2012-2015.....	46
Figura 5: Evolução dos componentes da rendibilidade de exploração da SCM de Tarouca, 2012-2015.....	48
Figura 6: Evolução dos indicadores de liquidez da SCM de Tarouca, 2012-2015	51
Figura 7: Evolução dos indicadores de atividade da SCM de Tarouca, 2012-2015.....	53
Figura 8: Evolução dos excedentes financeiros da SCM de Tarouca, 2012-2015	53

Lista de siglas

ATL - Centro de Atividades de Tempos Livres

CAO – Centro de Atividades Ocupacionais

CIMT – Código do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis

CIRC – Código do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas

CIVA – Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado

CMVMC – Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas

EBITA – *Earnings Before Interest, Taxes and Amortizations*

ERPI – Estrutura Residencial para Idosos

ESNL – Entidades do Setor Não Lucrativo

IAS/IFRS – *International Accounting Standards/International Financial Reporting Standards*

IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis

IMT – Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis

IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social

IRC – Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas

IVA – Imposto sobre Valor Acrescentado

NCRF – Norma Contabilística e de Relato Financeiro

NCRF-ESNL – Norma Contabilística e de Relato Financeiro para ESNL

PIB – Produto Interno Bruto

RLIS – Rede Local de Intervenção Social

SCM – Santa Casa da Misericórdia

SNC – Sistema de Normalização Contabilística

SNC-ESNL – Sistema de Normalização Contabilística para as ESNL

UCC - Unidade de Cuidados Continuados

UMP – União das Misericórdias Portuguesas

VAB – Valor Acrescentado Bruto

Introdução

A organização económico-social de um país poder-se-á considerar como resultado da atividade de três setores: setor público, setor empresarial e setor cooperativo e social (Constituição da República Portuguesa, 1976). Nos últimos anos, e como resultado do agravamento da crise financeira que afeta muitos países, a atenção tem-se voltado para um conjunto de organizações de carácter associativo, integradas no designado Terceiro Setor.

Segundo a Conta Satélite da Economia Social, em 2010, e à semelhança do que acontece em vários países europeus, Portugal tem assistido, nos últimos tempos, a um crescimento do setor social e consequente aumento de emprego nesta área. De acordo com um estudo desenvolvido em parceria entre a Universidade Católica do Porto e a Universidade de John Hopkins, este sector representa, em Portugal, 4,2% do Produto Interno Bruto (PIB), emprega 4,2% da população economicamente ativa, representando o voluntariado ainda 0,5% do PIB nacional (Franco *et al.*, 2005). Estes dados ilustram a dinâmica de crescimento que este sector atravessa e a sua importância para a sociedade atual.

Inseridas neste setor, as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) são essenciais ao desenvolvimento das sociedades, pelos papéis de proteção social e económico que desempenham. Revestem um papel de extrema relevância ao preencherem algumas lacunas do Estado no que diz respeito às respostas sociais adequadas às necessidades concretas da população, geralmente em situações de extrema carência ou urgência, constituindo assim um ponto crucial de garante ao equilíbrio social. Desta forma as IPSS perseguem o exercício da ação social, a prevenção de situações de carência, exclusão social ou qualquer tipo de marginalização e, por outro lado, promovem a integração comunitária e desenvolvem atividades de apoio à família, juventude, terceira idade, população deficiente e, de uma forma geral, a toda a população necessitada.

Estas entidades apresentam características diferenciadoras das organizações com fins lucrativos. Por exemplo, nestas últimas o objetivo é a maximização da riqueza dos proprietários, por onde passa necessariamente a obtenção de lucro. No entanto, este objetivo não é reconhecido nas entidades do setor não lucrativo. Uma organização sem fins lucrativos é uma entidade de iniciativa privada com finalidades sociais e que apresenta como principal característica diferenciadora a não remuneração dos detentores

de capital. No entanto a ausência de finalidades lucrativas não significa que as empresas não devam ser eficientes com vista a angariarem os fundos necessários à prossecução dos seus objetivos.

Efetivamente, Sousa *et al.* (2012) realçam a existência de várias problemáticas com que as IPSS atualmente se deparam, designadamente a sua sustentabilidade económico-financeira, "assunto especialmente premente num contexto de redução da componente de financiamentos públicos".

Podendo a atividade de análise financeira ser definida “toda a atividade que, exercida a título profissional, envolva a produção, avaliação ou utilização de informação económica, financeira, estatística, ou outra, tendo em vista a gestão de investimentos ou patrimónios, gestão de carteiras, o aconselhamento financeiro ou o exercício de atividades afins”, as entidades sem fins lucrativos parecem ser um ótimo alvo de análise. Deste modo, a aplicação de um modelo de análise financeira a este tipo de entidades parece-me ser um tema bastante atrativo e relevante.

Justificação da escolha e objetivos do trabalho

O principal objetivo na realização do curso de mestrado em Análise Financeira decorria da necessidade de aprofundar determinadas temáticas que poderiam auxiliar uma melhor execução da atividade profissional. Assim, desde cedo se idealizou a realização de um trabalho final onde fosse possível aplicar não só os conhecimentos adquiridos ao longo do curso como também trabalhar com algo relacionado com a atividade profissional desenvolvida.

Estando profissionalmente associada à “elaboração” de demonstrações financeiras, uma vez que se desenvolve a atividade de auditora numa sociedade de revisores oficiais de contas, fazia todo o sentido focar o principal objetivo da informação financeira: apresentar-se como um importante instrumento de apoio à tomada de decisão nas organizações, permitindo, entre outros, o conhecimento da situação financeira e económica. Para tal, será indispensável focar o papel da análise de rácios.

Por outro lado, os auditores devem no decurso dos seus trabalhos de revisão legal de contas aplicar estes instrumentos de análise. Note-se que as normas de auditoria incentivam a utilização de procedimentos analíticos nas diferentes fases do trabalho de

revisão. E com distintos objetivos, nomeadamente, conhecimento da entidade, avaliação do risco e obtenção de prova.

Por estes motivos, o presente trabalho procura evidenciar a aplicação prática de um modelo de uma análise financeira num tipo de entidade com características diferenciadoras – as IPSS. Apesar de serem um nicho com características particulares, estas entidades têm, cada vez mais, um papel muito importante na nossa sociedade devido à sua vertente social. Importa também referir que, sendo entidades financiadas maioritariamente com capitais públicos, e sendo este cada vez mais escasso, a sua gestão deve, tal como nas entidades lucrativas ou ainda mais, ser controlada.

Este trabalho apresenta uma natureza eminentemente aplicada, procurando-se aplicar os conhecimentos e competências adquiridos ao longo do curso. Pese embora uma componente eminentemente prática e orientada para a resolução de uma questão real é apresentado todo um enquadramento teórico baseada em literatura relevante e seguindo uma abordagem técnico-científica.

O objetivo último do trabalho a que me proponho passa por apresentar um modelo de análise financeira que se adequa aos objetivos particulares das IPSS. Para tal será essencial perceber bem este setor não lucrativo, que tem regras e características muito específicas. Para aplicação prática, apresenta-se a sua implementação do modelo na “Santa Casa da Misericórdia de Tarouca”, para o triénio 2012-2014.

Estrutura do trabalho

No que se segue, o presente trabalho encontra-se estruturado em duas partes. No primeiro capítulo apresenta-se um enquadramento do tema. Inicialmente procura-se apresentar a envolvente externa relevante à realidade das IPSS no que respeita ao normativo legal, fiscal e contabilístico. De seguida passamos para uma abordagem aos conceitos relevantes no que respeita à análise de rácios e suas limitações.

Numa segunda parte, encontra-se a aplicação prática da abordagem financeira através dos rácios a uma IPSS em particular – Santa Casa da Misericórdia de Tarouca. O trabalho termina com algumas conclusões.

I. Enquadramento teórico

I.1. Instituições Particulares de Segurança Social

O Estado contratualiza com as IPSS estabelecendo uma relação de interdependência. Esta relação corresponde a uma forma concertada de obrigações recíprocas regidas por regras definidas em documentos legais, como sejam estatutos, legislação, acordos e protocolos de cooperação. Através da legislação, o Estado controla o funcionamento e o financiamento das instituições, impondo um modelo de homogeneização institucional, ao qual as instituições procuram adaptar-se, como forma de ultrapassar dificuldades e colmatar necessidades.

Os Estatutos das IPSS, que estabelecem as suas obrigações para com a tutela do Estado (Decreto-lei nº 119/83, de 25 de fevereiro, alterado pelo Decreto-lei n.º 172-A/2014, de 14 de novembro), determinam também as formas que estas podem assumir, as suas áreas de abrangência e os fins que devem prosseguir. Conferem-lhes, como já foi referido, a natureza de pessoas coletivas de utilidade pública, cujos benefícios, como isenções fiscais e redução de determinadas taxas, funcionam como uma forma de financiamento indireto.

Neste capítulo procuraremos focar o enquadramento legal, fiscal, contabilístico e de fiscalização a que as IPSS estão sujeitas. Por fim, apresentamos um breve resumo das características particulares da atuação das IPSS focando nomeadamente os principais riscos a que se encontram sujeitas.

1.1.1. Enquadramento legal

O designado Setor Não Lucrativo, também referido frequentemente por Terceiro Setor, Economia Social ou Setor Voluntário, engloba um largo conjunto de instituições muito diversificadas entre si, organizadas sob diferentes formas jurídicas e prosseguindo uma multiplicidade de objetivos. É esta diversidade, nas finalidades, dimensão ou modo de funcionamento, que dificulta a tentativa de uma sua definição fechada e consensual (Santos *et al.*, 2012).

A descrição de organização sem fins lucrativos que reúne maior consenso foi apresentada por Salamon e Anheier (1997), incidindo a mesma em cinco características principais deste tipo de entidades: organizadas, privadas, não distribuidoras de lucros,

autogovernadas e voluntárias. Ferreira *et al.* (2012) salientam que esta se trata de uma definição estrutural-operacional, uma vez que define as entidades do setor não lucrativo (ESNL) com base nas suas características estruturais e na sua forma de funcionar.

Segundo o estipulado no artigo 2º da Lei de Bases da Economia Social (Lei n.º 30/2013, de 8 de maio), entende-se por economia social¹ o conjunto das atividades económico-sociais, livremente levadas a cabo pelas entidades devidamente identificadas na lei, que tenham por finalidade prosseguir o interesse geral da sociedade, quer diretamente quer através da prossecução dos interesses dos seus membros, utilizadores e beneficiários, quando socialmente relevantes.

As entidades da economia social podem revestir-se de diferentes perfis, nomeadamente associações, fundações, cooperativas e misericórdias. Uma grande maioria das entidades sem fins lucrativos apresenta o estatuto de IPSS.² Este estatuto tem de ser requerido e concedido, não traduzindo, por conseguinte, uma forma jurídica de constituição de uma pessoa coletiva.

Ao abrigo da recente Lei de Bases da Economia Social, o Estatuto das IPSS foi revisto pelo Decreto-lei nº 172-A/2014, de 14 de novembro. O legislador, no preâmbulo deste diploma, elenca como principais alterações e motivos da revisão os seguintes aspetos:

- a. reformulação da definição de IPSS;
- b. clara separação entre os fins principais e instrumentais das instituições;
- c. introdução de normas que possibilitem um controlo mais efetivo dos titulares dos órgãos de administração e fiscalização;
- d. limitação dos mandatos dos presidentes das instituições ou cargos equiparados a três mandatos consecutivos;
- e. regras mais claras para a concretização da autonomia financeira e orçamental, bem como para o seu equilíbrio técnico e financeiro.

Segundo o seu Estatuto, as IPSS são pessoas coletivas, sem finalidade lucrativa, constituídas por iniciativa de particulares, com o propósito de dar expressão organizada

¹ A denominação do conjunto de entidades do setor não lucrativo parece não reunir consenso. Setor das organizações sem fins lucrativos, economia social ou terceiro setor são termos muitas vezes utilizados indistintamente e que proliferam um pouco por todo o mundo.

² Em termos jurídicos, são eretas canonicamente pelo bispo da diocese da sua sede, adquirindo personalidade jurídica cível pela simples participação escrita da sua constituição ao respetivo centro distrital do instituto da segurança social, I.P. da área da sede da instituição (quando prossigam fins de segurança social/ação social).

ao dever moral de solidariedade e de justiça entre os indivíduos, que não sejam administradas pelo Estado ou por outro organismo público. A reformulação desta definição assentou na necessidade de atuação das IPSS segundo os princípios orientadores da economia social, definidos no art. 5º da Lei de Bases, nos quais se inclui a obrigatoriedade de afetação dos excedentes à prossecução dos fins das entidades da economia social de acordo com o interesse geral.

As IPSS podem procurar atingir os seus objetivos estatutários através da concessão de bens e prestação de serviços em diversos domínios, nomeadamente:

- a. apoio a infância e juventude;
- b. apoio à família;
- c. apoio a pessoas idosas;
- d. apoio a pessoas com deficiência e incapacidade;
- e. apoio à integração social e comunitária;
- f. proteção social dos cidadãos nas eventualidades de doença, velhice, invalidez e morte, bem como em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho;
- g. prevenção, promoção e proteção da saúde, em particular através de assistência medicamentosa e da prestação de cuidados de medicina preventiva, curativa e de reabilitação;
- h. educação e formação profissional dos cidadãos;
- i. resolução de problemas habitacionais das populações;
- j. outras respostas sociais não incluídas nas alíneas anteriores, desde que contribuam para a efetivação dos direitos sociais dos cidadãos.

Para além destas atividades principais, o novo Estatuto, no seu art.º 1º-B, prevê a possibilidade das IPSS prosseguirem outras atividades secundárias não lucrativas e até mesmo atividades instrumentais relativamente aos fins não lucrativos, desde que os resultados económicos obtidos com as mesmas sejam utilizados exclusivamente para o financiamento da concretização desses fins. Esta alteração do Estatuto visa espelhar na legislação uma situação que já caracteriza muitas IPSS, as quais, através da realização de atividades complementares, procuram angariar receitas para aplicar nas suas atividades de carácter social.

Outra área em que surgiram alterações relevantes foi ao nível da estrutura de governo: foram estabelecidas limitações quanto à elegibilidade para os órgãos sociais, impondo-se agora não apenas que estes tenham obrigatoriamente de ser compostos por associados, mas também que só sejam elegíveis associados com pelo menos um ano de vida associativa (sob pena de nulidade da eleição). Além disso, foi imposta uma duração obrigatória aos mandatos (4 anos) e limitou-se a possibilidade de eleições do mesmo a 3 mandatos consecutivos. Foi também imposto que os órgãos sociais não possam ser constituídos maioritariamente por trabalhadores da instituição.

Ao nível da remuneração dos titulares dos órgãos sociais, foram também estipuladas limitações acrescidas. O artigo 18º do Estatuto mantém o princípio da gratuidade do exercício de funções diretivas. No entanto, é permitida a remuneração quando o volume do movimento financeiro ou a complexidade da administração das instituições exijam a presença prolongada de um ou mais titulares dos órgãos de administração, desde que prevista nos estatutos e dentro de certos limites:

- a remuneração não pode exceder 4 vezes o indexante de apoios sociais³; e
- fica condicionada à saúde financeira da instituição, isto é, a que a IPSS não verifique cumulativamente dois dos seguintes indicadores:
 - a) solvabilidade inferior a 50%;
 - b) endividamento global superior a 150%;
 - c) autonomia financeira inferior a 25%;
 - d) rendibilidade líquida da atividade negativa nos três últimos exercícios económicos.

A referida alteração ao Estatuto das IPSS veio ainda reforçar os poderes do Estado sobre as instituições, tanto ao nível da fiscalização, como no que respeita aos mecanismos de destituição dos órgãos de administração e ao encerramento administrativo dos estabelecimentos.

No novo decreto, era dado um prazo de um ano, a contar da entrada em vigor do diploma, para as IPSS adequarem os seus estatutos ao novo Estatuto de IPSS, sob pena de perderem a qualificação como IPSS e do respetivo registo ser cancelado.

³ Para as fundações de solidariedade social, a remuneração não pode pôr em causa o cumprimento do disposto na Lei-quadro das Fundações, aprovada pela Lei n.º 24/2012, de 9 de julho, no respeitante ao limite de despesas próprias.

1.1.2. Enquadramento fiscal

Por força da Lei de Bases da Segurança Social⁴, o Estado veio dar relevância inequívoca às IPSS ao consignar em lei que apoia e valoriza as IPSS e outras de reconhecido interesse público, sem carácter lucrativo, que prossigam objetivos de solidariedade social (Melo, 2011). Assim, o art. 8º dos Estatutos das IPSS vem conferir de forma automática o estatuto de utilidade pública às IPSS legalmente registadas podendo desta forma beneficiar do regime de regalias e benefícios fiscais das pessoas coletivas de utilidade pública, conforme descrito no art.1.º da Estatuto de Utilidade Pública (Lei 151/99, de 14 de setembro). O mesmo indica que podem ser concedidos às pessoas coletivas de utilidade pública isenções em sede de vários impostos, bem como tarifas reduzidas de água e eletricidade e apoio financeiro, mas também indica encargos como prestações de contas e obrigação de cooperação com a Administração Pública.

De seguida, procuraremos apresentar de forma sintética o enquadramento tributário das IPSS no que respeita a diferentes impostos.

Imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas (IRC)

As entidades sem fins lucrativos são sujeitos passivos de IRC, por força do disposto no n.º 1 do artigo 2.º do Código do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (CIRC). De acordo com a alínea b) do n.º 1 do art.º 3.º do mesmo código, nestas entidades o IRC incide sobre "o rendimento global, correspondente à soma algébrica dos rendimentos das diversas categorias consideradas para efeitos de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares e, bem assim, dos incrementos patrimoniais obtidos a título gratuito".

Porém, segundo a alínea b) do artigo 10.º do CIRC estão isentas de IRC as IPSS, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas. Esta isenção não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos requisitos previstos no n.º 3 do referido artigo:

⁴ Publicada pela Lei n.º 4/2007, de 16 de janeiro.

- a) exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção;
- b) afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do primeiro mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.

Caso a entidade não cumpra com os requisitos referido na alínea a) e c) acima descritos, perde a isenção, a partir do correspondente período de tributação, inclusive. Em caso de incumprimento do requisito referidos na alínea b), a parte do rendimento que não foi afeta aos respetivos fins, será tributada, nos termos gerais, no 4.º exercício posterior àquele em que tenha sido obtido.

São também isentos, de acordo com o disposto no n.º 4 do artigo 54.º do CIRC, os incrementos patrimoniais obtidos a título gratuito destinados à direta e imediata realização dos fins estatutários.

Por exemplo, os rendimentos obtidos por uma IPSS decorrentes da cedência de exploração de um recinto desportivo, ou os rendimentos decorrentes da venda do excedente da eletricidade produzida para autoconsumo, através de painéis fotovoltaicos, não estão isentos de IRC. Por sua vez, os incrementos patrimoniais, obtidos através de donativos, podem beneficiar de isenção no IRC (nº 4 do artigo 49º do CIRC), mas apenas se forem destinados à direta e imediata realização dos fins estatutários.

Imposto sobre Valor Acrescentado (IVA)

Segundo o artigo 10.º e o n.º 6 do artigo 9.º do Código do Imposto sobre Valor Acrescentado (CIVA), as IPSS estão isentas de imposto, desde que os serviços por elas prestados bem como as transmissões de bens com elas conexas se refiram a serviços de segurança social e serviços de assistência social. Para todas as atividades que estas

entidades realizem fora do seu âmbito de isenção, aplica-se o previsto no artigo 23.º do CIVA, ou seja, o imposto é apurado por via do pro rata ou da afetação real.

A isenção abrange somente as prestações de serviços e transmissões de bens efetuadas aos utentes diretos dos equipamentos referidos no n.º 8 do artigo 9.º do CIVA e não se aplica a quaisquer prestações de serviços e transmissões de bens faturadas a terceiros.

Por exemplo, se uma IPSS faturar serviço de refeições prestadas aos seus utentes da creche, esses encontram-se isentos de IVA por se considerarem convexos à atividade. Porém, se as refeições forem faturadas, por exemplo, à Câmara Municipal atendendo a um protocolo entre as entidades, esse serviço, mesmo que fornecido aos mesmos utentes, já se encontra sujeito a IVA.

Também existe isenção nas transmissões de bens e prestações de serviços efetuadas aquando de manifestações ocasionais destinadas à angariação de fundos em proveito exclusivo das entidades, desde que esta isenção não provoque distorções de concorrência. Devem, ainda, ser observados os requisitos estabelecidos no Despacho Normativo n.º 118/85, de 31 de dezembro, que fixa em oito o número anual de manifestações ocasionais.

Há a referir ainda, em relação a este imposto, o Decreto-lei n.º 20/90, de 13 de Janeiro, que regula a restituição do IVA nas IPSS quando no exercício das suas atividades efetuarem aquisições de bens e/ou de serviços. Está previsto que as IPSS possam solicitar e obter reembolsos de parte do IVA que tenham suportado na aquisição de bens e serviços relativos à construção, manutenção e conservação dos imóveis que sejam total ou parcialmente utilizados na prossecução dos fins estatutários, desde que conste em faturas de valor não inferior a € 997,60, com exclusão do IVA.

Assim, o benefício traduz-se na restituição do IVA em montante equivalente a metade do IVA suportado durante o ano, relativamente às seguintes operações:

- a. aquisições de bens e serviços relacionados com a construção, manutenção e conservação de imóveis, utilizados total ou principalmente na prossecução dos fins estatutários, desde que constantes de faturas de valor não inferior a € 997,59, com exclusão do imposto;
- b. aquisição de bens ou serviços relativos a elementos do ativo fixo tangível sujeitos a depreciação utilizados única e exclusivamente na prossecução dos respetivos fins estatutários, desde que constantes de faturas de valor não inferior

a € 99,76, com exclusão do IVA, e de valor anual global, não superior a € 9 975,96, com exclusão do imposto;

- c. aquisições de bens e serviços de alimentação e bebidas no âmbito das atividades sociais desenvolvidas.

Outros impostos

No que respeita aos impostos que afetam imóveis - Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) e Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), as IPSS poderão beneficiar igualmente de um estatuto privilegiado.

O Código do Imposto Municipal Transmissões Onerosas de Imóveis (CIMT) contempla expressamente na alínea e) do artigo 6.º que as IPSS ficam isentas de IMT quanto aos bens destinados, direta e imediatamente, à realização dos seus fins estatutários. Esta isenção, porém está sujeita a reconhecimento prévio, de acordo com o artigo 10.º do CIMT, onde está estabelecido que as isenções são reconhecidas a requerimento dos interessados, a apresentar antes do ato ou contrato que originou a transmissão junto dos serviços competentes para a decisão, mas sempre antes da liquidação que seria de efetuar.

Contrariamente aos restantes códigos, o legislador não entendeu incluir a isenção a atribuir às IPSS no Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, considerando a mesma nos Estatutos dos Benefícios Fiscais. A alínea f), do n.º 1, do art. 44.º deste diploma prevê a isenção de IMI às IPSS quanto aos prédios ou parte de prédios destinados diretamente à realização dos seus fins. Sendo que, no caso particular das Misericórdias, o benefício abrange quaisquer imóveis de que sejam proprietárias.

As IPSS podem ainda beneficiar de isenção na tributação relacionada com os veículos.

O Código do Imposto sobre Veículos prevê no seu artigo 52.º uma isenção atribuída às IPSS para veículos destinados ao transporte coletivo dos utentes com lotação de nove lugares, incluindo o do condutor, adquiridos a título oneroso, em estado novo, por IPSS que se destinem ao transporte em atividades de interesse público e que se mostrem adequados à sua natureza e finalidades. O reconhecimento desta isenção depende do pedido dirigido à Direção-geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo, anterior ou concomitante à apresentação do pedido de introdução no consumo, instruído com documento comprovativo atualizado do estatuto jurídico da instituição e documento comprovativo da aquisição.

Por sua vez, o artigo 5.º do Código do Imposto Único de Circulação isenta deste imposto as IPSS. Esta isenção é reconhecida mediante despacho do Diretor-geral dos Impostos sobre requerimento das entidades.

Por último, as IPSS estão ainda isentas de imposto do selo, quando este constitua seu encargo, de acordo com o artigo 6.º do Código do Imposto do Selo.

1.1.3. Enquadramento contabilístico

A carência de informação sobre as ESNL assume maior preocupação, dada a sua relevância socioeconómica e dependência de entidades externas, pelo que a informação contabilística divulgada deve possibilitar uma resposta adequada a esta necessidade (Francisco e Alves, 2010).

Atendendo a este argumento, verificou-se a necessidade de dotar as ESNL de um normativo contabilístico consistente com o geral mas adaptada à realidade dessas entidades.

A adaptação do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) às ESNL foi estabelecida no ano 2011, com a publicação no Decreto-lei nº 36-A/2011, de 9 de março, do Sistema de Normalização Contabilística para as ESNL (SNC-ESNL) e respetiva revogação de diferentes planos setoriais, entre os quais o Plano de Contabilidade das IPSS. Fazendo parte do SNC, as ESNL passaram a ter de aplicar regras que, seguindo os mesmos princípios do SNC, se encontram porém adaptadas à sua especificidade.

Aquele diploma, logo no seu preâmbulo, reconhece a necessidade de criação de regras contabilísticas próprias aplicáveis às ESNL. Essencialmente por duas razões. Por um lado, pela disseminação que estas entidades têm vindo a conhecer e pelo importante papel e peso que desempenham na economia. Os quais justificam que se reforcem as exigências de transparência relativamente às atividades que realizam e aos recursos que utilizam. Por outro, porque respondem a finalidades de interesse geral que em certa medida transcendem a atividade produtiva e a venda de produtos ou prestação de serviços.

Recentemente, com a publicação do Decreto-lei n.º 98/2015, de 2 de junho, as disposições relativas às ESNL passaram a estar incorporadas no Decreto-lei n.º 158/2009, de 13 de julho, o qual passou a abranger todo o SNC. Esta alteração teve como objetivo a redução do peso global da regulamentação e a simplificação de procedimentos de relato

financeiro. Das alterações daí decorrentes, que entraram em vigor em 1 de janeiro de 2016, salientamos, de forma resumida, as seguintes:

- a) a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para ESNL (NCRF-ESNL) passa a ser de aplicação obrigatória apenas para as ESNL que não optem pela aplicação do conjunto das Norma Contabilística e de Relato Financeiro (NCRF) (com as necessárias adaptações) ou das International Accounting Standards / International Financial Reporting Standards (IAS/IFRS) adotadas nos termos do artigo 3.º do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho de 2002;
- b) os limites para a dispensa de elaboração de contas consolidadas foram revistos;
- c) foram incluídos novos capítulos anteriormente não tratados;
- d) procederam-se a ligeiras alterações ao nível das temáticas abordadas na NCRF-ESNL e dos modelos de demonstrações financeiras;
- e) autoriza-se a apresentação no balanço, a título excecional, de itens adicionais, para facilitar a compreensão da posição financeira.

De acordo com o Decreto-lei nº 36-A/2011, o SNC-ESNL aplica-se “às entidades que prossigam a título principal uma atividade sem fins lucrativos e que não possam distribuir aos seus membros ou contribuintes qualquer ganho económico ou financeiro direto, designadamente associações, fundações e pessoas coletivas públicas de tipo associativo”.

Contudo, o mesmo diploma identifica situações em que as ESNL estão dispensadas da aplicação daquele normativo:

- a) entidades com vendas e outros proveitos inferiores ou iguais a €150.000⁵; e
- b) entidades abrangidas pela aplicação das IAS/IFRS.

O SNC-ESNL teve aplicabilidade temporal obrigatória para as ESNL a partir do exercício que se iniciou em 1 de janeiro de 2012, ou em data posterior, tendo havido a opção da sua aplicação logo a partir de 1 de janeiro de 2011.

É composto pelos instrumentos infra, aprovados pelos diplomas referenciados:

⁵ Para estas entidades vigora um regime especial, em que as ESNL ficam dispensadas da obrigação de aplicação do SNC e apenas obrigadas à apresentação de contas em regime de caixa, o que não as impede de, por opção, aplicar o normativo geral.

Quadro 1: Normalização contabilística das ESNL

Diplomas		Instrumentos do SNC-ESNL
Para exercícios com início após 1 de jan de 2012	Para exercícios com início após 1 de jan de 2016	
Decreto-Lei 36-A/2011	Decreto-Lei 158/229 alterado pelo Decreto-Lei 98/2015	Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras
Portaria 105/2011	Portaria 220/2015	Modelos das Demonstrações Financeiras
Portaria 106/2011	Portaria 218/2015	Código de Contas
Aviso 6726-B/2011	Aviso 8259/2015	Norma Contabilística e de Relato Financeira para as ESNL
---	---	Normas Interpretativas

Assim, o regime contabilístico aplicável às ESNL não prevê uma estrutura conceptual específica. De facto, a bem da coerência do modelo, a estrutura conceptual contemplada no SNC aplica-se a todas as entidades que aplicam este normativo. Não obstante, sempre que necessário, o SNC-ESNL adapta os objetivos e conceitos para atender às especificidades daquelas entidades.

A missão fundamental da Estrutura Conceptual do SNC é expor os objetivos subjacentes à preparação e apresentação da informação financeira, identificar as características qualitativas que determinam a sua utilidade e definir os elementos das demonstrações financeiras bem como os critérios de reconhecimento e mensuração dos mesmos. Estes elementos das demonstrações financeiras são referidos tanto nas Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras, que estabelece os requisitos globais que permitem assegurar a sua comparabilidade, como na NCRF-ESNL, que apresenta os critérios de reconhecimento, mensuração, divulgação e aspetos particulares de apresentação.

Como objetivo das demonstrações financeiras, o ponto 3.1.3. das Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras elege o proporcionar de informação acerca da posição financeira, do desempenho financeiro e dos fluxos de caixa de uma entidade que seja útil a uma vasta gama de utentes na tomada de decisões. A fim de satisfazerem os seus objetivos, as demonstrações financeiras deverão ser preparadas de acordo com o pressuposto de continuidade e segundo o regime contabilístico do acréscimo (periodização económica).

Note-se, a este respeito, que nas ESNL o pressuposto da continuidade⁶ não corresponde a um conceito económico ou financeiro puro, mas antes à capacidade da entidade cumprir os fins propostos ou manter a sua atividade de prestação de serviços.

No que respeita às características qualitativas não se verifica qualquer adaptação necessária às ESNL. Deste modo os atributos que tornam a informação financeira útil aos utentes das ESNL são igualmente a compreensibilidade, relevância, fiabilidade e comparabilidade.

As Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras fazem ainda referência a critérios a ter em atenção na apresentação dos itens nas demonstrações financeiras: consistência de apresentação, materialidade e agregação, compensação e informação comparativa.

De acordo com as regras que resultam do SNC-ESNL, as entidades a ele sujeitas são obrigadas a apresentar um conjunto completo de demonstrações financeiras que inclui o balanço, a demonstração dos resultados, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo. Algumas entidades, por opção ou por exigência de entidades públicas financiadoras, apresentam também uma demonstração de alterações nos fundos patrimoniais. Por exigência da Segurança Social, as IPSS têm ainda de reportar demonstrações dos resultados por resposta social, alocando os rendimentos e gastos do período às diferentes respostas sociais oferecidas pela entidade.

Dadas as especificidades das ESNL, as definições dos elementos da posição financeira apresentados na Estrutura Conceptual têm de ser adaptadas a este tipo de organizações (Ferreira *et al.* (2012 (a))). É nesse sentido que o § 3 da NCRF-ESNL apresenta as seguintes definições: um ativo é um recurso controlado pela entidade como resultado de acontecimentos passados e do qual se espera que permita atividades presentes e futuras para a entidade; um passivo é uma obrigação presente da entidade proveniente de acontecimentos passados, da liquidação da qual se espera que resulte uma saída de recursos que incorporam a possibilidade de desenvolver atividades futuras para a entidade; o fundo patrimonial é um interesse residual nos ativos depois de deduzidos os passivos.

⁶ Para avaliar se o pressuposto da continuidade é válido, o órgão de gestão deve levar em consideração toda a informação disponível sobre o futuro, considerando no mínimo 12 meses após a data do balanço.

Por força da adaptação do conceito de ativo, os conceitos de rendimento e gasto também foram ajustados. Assim, rendimentos são aumentos dos recursos económicos durante o período contabilístico na forma de influxos ou aumentos de ativos ou diminuição de passivos que resultem em aumentos no fundo patrimonial, que não sejam os relacionados com as contribuições para o fundo social. Por sua vez, gastos são diminuições nos recursos económicos na forma de exfluxos ou diminuição de ativos ou no aumento de passivos que, consequentemente, resultam numa diminuição do fundo patrimonial (pela via do resultado).

Atendendo, novamente, às especificidades das ESNL, a norma (§4.8) salienta que poderá ser conveniente distinguir os ativos em diferentes categorias consoante a existência de restrições, permanentes ou temporárias, quanto ao seu destino ou ao investimento obrigatório. Esta será uma informação pertinente para a análise financeira destas entidades.

O código de contas procurou também adaptar algumas contas às necessidades e especificidades das ESNL, das quais são exemplos:

- Conta 21: Clientes e utentes;
- Conta 26: Fundadores/patrocinadores/doadores/associados/membros;
- Conta 431: Bens de domínio público;
- Conta 432 Bens do património histórico, artístico e cultural;
- Conta 51: Fundos;
- Conta 721: Quotas dos utilizadores.

A NCRF-ESNL não aborda todos os temas presentes nas 28 NCRF do SNC, concentrando apenas aqueles que o legislador considerou serem mais pertinentes para as ESNL. Assim, seguindo uma estrutura muito semelhante à NCRF para as pequenas entidades aborda apenas os seguintes aspetos:

- Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros;
- Ativos fixos tangíveis;
- Ativos intangíveis;
- Locações;
- Custo de empréstimos obtidos;
- Inventários;
- Rédito;

- Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes;
- Contabilização dos subsídios e outros apoios;
- Os efeitos de alterações em taxas de câmbio;
- Impostos sobre o rendimento;
- Instrumentos financeiros;
- Benefícios dos empregados.

Para responder a possíveis lacunas no tratamento de aspetos particulares de transações ou situações que se coloquem a dada entidade em matéria de contabilização ou relato financeiro ou quando a lacuna em causa seja de tal modo relevante que a sua não integração impeça o objetivo de ser prestada informação que, de forma verdadeira e apropriada, traduza a posição financeira numa certa data e o desempenho no período abrangido, o SNC-ESNL estabelece, tendo em vista somente a integração dessa lacuna, o recurso, supletivamente e pela ordem indicada (§ 2.3 da NCRF-ESNL):

- a. ao SNC, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, e demais legislação complementar;
- b. às IAS/IFRS, adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho;
- c. às IAS/IFRS, e respetivas interpretações.

1.1.4. Enquadramento de fiscalização

Nas IPSS podemos identificar dois níveis distintos de fiscalização. Por um lado, as fiscalização ao nível da informação financeira disponibilizada aos utentes realizada por um revisor oficial de contas. Efetivamente, desde 2012, pelo art.12º do Decreto-lei n.º 36-A/2011, as IPSS que ultrapassem os limites referidos no artigo 262.º do Código das Sociedades Comerciais viram-se obrigadas à Certificação Legal de Contas. Este artigo foi revisto, pelo Decreto-Lei n.º 64/2013, de 13 de maio, o qual estabeleceu novas condições para esta obrigatoriedade, reduzindo o âmbito de aplicação da lei, através da aplicação do fator 1,7 aos referidos limites⁷.

⁷ Com este fator os valores dos limites a atender são: total do balanço de € 2.550.000; total das vendas líquidas e outros proveitos de € 5.100.000; número de trabalhadores empregados em média durante o exercício de 85.

Por outro, a fiscalização pelo Tribunal de Contas realizada a um nível de controlo de gestão mas da qual poderão ocorrer implicações financeiras.

O Tribunal de Contas é, nos termos do artigo 214.º da Constituição da República Portuguesa, o órgão supremo de fiscalização da legalidade das despesas públicas e de julgamento das contas que a lei mandar submeter-lhe. Assim, dispõe o artigo 1.º, n.º 1, da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, que o Tribunal de Contas “fiscaliza a legalidade e regularidade das receitas e das despesas públicas, aprecia a boa gestão financeira e efetiva responsabilidades por infrações financeiras”.

A delimitação do âmbito subjetivo do Tribunal de Contas assenta num critério de natureza objetiva: dinheiros e valores públicos. Desta forma, integram o seu âmbito subjetivo todas as entidades do setor público, que naturalmente gerem dinheiros públicos, e ainda as entidades de qualquer natureza que tenham participação de capitais públicos ou sejam beneficiárias, a qualquer título, de dinheiros ou outros valores públicos, na medida necessária à fiscalização da legalidade, regularidade e correção económica e financeira da aplicação dos mesmos dinheiros e valores públicos.

Por outro lado, as IPSS estão ainda sujeitas ao Código dos Contratos Públicos⁸. O Instituto da Segurança Social, numa Conferência em 2011, anunciou que o referido código vinha introduzir uma novidade fundamental, promovendo a sujeição das entidades instrumentais da Administração Pública às regras dos procedimentos pré-contratuais públicos. Segundo o mesmo, esta legislação aplica-se às IPSS independentemente do facto de a respetiva atividade ou obra a realizar ser integral ou maioritariamente financiada por dinheiros públicos. Mas sim por estas se tratarem de entidades criadas para satisfazer de um modo específico necessidades de interesse geral, sem carácter industrial ou comercial, e de estarem sujeitas a um controlo por parte do Estado.

Desta forma, as IPSS devem incorporar nas suas práticas de gestão e nos seus procedimentos de contratação de bens e serviços, os princípios da contratação pública, sendo eles, o da igualdade, concorrência, imparcialidade, proporcionalidade, transparência, publicidade e o da boa-fé.

⁸ Aprovado pelo Decreto-lei 18/2008, de 29 de janeiro.

1.1.5. Caraterísticas particulares

As entidades que compõem o terceiro sector, nomeadamente as IPSS, têm características que as diferenciam das restantes. Segundo Franco *et al.* (2005), têm como principais aspetos de distinção a não distribuição de lucros, uma vez que o cariz não lucrativo implica que os lucros sejam redirecionados diretamente para alcançar a sua missão. Assentam numa dinâmica de voluntariado quer de recursos humanos, quer de equipamentos e portanto a sua criação assenta em valores nobres de solidariedade social, profissional e territorial. Também se define como sendo constituído por entidades que desempenham uma atividade contínua e têm uma estrutura organizacional sólida, quer interna, quer externa. E por último, são independentes e autónomas em relação às estruturas governamentais ou a outras organizações, quanto à sua gestão, sendo por isso responsáveis pela sua própria gerência e portanto qualquer risco económico que ocorra deve ser assumido pelos seus causadores.

Carvalho (2005) e Kaplan (2001) referem ainda que a principal distinção entre as organizações lucrativas e não lucrativas é o público-alvo. Estas últimas têm um impacto na sociedade em geral e nesse sentido a relação entre missão e estratégia é fundamental.

Efetivamente, as IPSS têm assumido uma posição de enorme preponderância no estabelecimento e desenvolvimento de um conjunto de respostas sociais, em todo o território nacional, alicerçado no quadro axiológico da solidariedade social e desenvolvendo-se num modelo de atuação que é revelador de uma abordagem mais humanista, mais próxima, menos dispendiosa para o Estado e mais benéfica para os cidadãos. Este subsector, ao longo destas três décadas, não só cresceu exponencialmente em número de IPSS constituídas, como fundamentalmente passou a assumir, na nossa sociedade, uma importância social e económica de elevado relevo junto das comunidades em que as instituições estão inseridas, por via da sua atuação.

No preâmbulo do Decreto-lei n.º 172-A/2014, de 14 de novembro, consta que o setor não lucrativo é constituído pelo universo de 55 mil organizações, pelas 227 mil pessoas que emprega, como também por ser responsável por 5,5 % do emprego remunerado nacional e por 2,8 % do Valor Acrescentado Bruto (VAB).

Adicionalmente, a Carta Social de 2014 revela que nos últimos anos as IPSS tiveram um comportamento expansionista ao nível dos equipamentos detidos e respostas sociais prestadas, realçando a importância destas entidades em períodos de crise económica.

Os resultados de um estudo realizado, indicam-nos que num contexto de crise, em 2008, as IPSS representavam 1,7% do VAB nacional, um valor correspondente a 2,9 mil milhões de euros. Nesse mesmo ano, as IPSS foram responsáveis por 2,9% das remunerações nacionais, 2,4% das despesas de consumo final e 1,4% do investimento nacional, em valor monetário € 2,5 mil milhões, € 3,6 mil milhões e € 554 milhões respetivamente (Sousa *et al.*, 2012). Especificamente, em 2010, o grupo das Misericórdias era constituído por 381 unidades. A ação social era a atividade que registava maior número de unidades (94,2%) e maior peso (91,1%) no VAB. A saúde e bem-estar tinha alguma expressão relativa no VAB (7,7%).

Hoje, sabemos, em concreto, que este subsector das ESNL possui uma dimensão tão ou mais importante do que outros setores tradicionais da nossa economia, pois este setor encontra-se com uma visibilidade e importância económica que até então não possuía.

É necessário referir que, para além da importância que o setor social e solidário possui no apoio aos cidadãos, as IPSS adquirem uma outra e especial importância na dinamização das economias locais onde estão implementadas, constituindo-se, assim, como agentes da dita economia social.

Segundo Flores (2011), as IPSS estão a ser a almofada de suporte nesta rarefação de apoio no que respeita ao desemprego, no que respeita às dificuldades das famílias sobre endividadas e no que respeita à degradação económica dos mais velhos.

A forma de funcionamento da atividade social das IPSS é uma parte substancial dos seus rendimentos está associada ao Protocolo de Cooperação estabelecida entre o Ministério da Solidariedade e da Segurança Social e as entidades representativas: União das Misericórdias Portuguesas, Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade e União das Mutualidades Portuguesas. Este enquadra-se numa parceria público/social no qual são estabelecidas as participações financeiras da Segurança Social às instituições, relativamente aos custos das respostas sociais. Estipula ainda algumas regras de funcionamento complementares à legislação e aos acordos de cooperação das respostas sociais tipificadas e determina medidas de apoio e de incentivo ao reforço da capacidade

instalada com vista a aumentar a eficiência das respostas sociais e a eficácia das capacidades e recursos existentes, através de programas como o Programa de Emergência Alimentar e o Programa de Emergência Social.

Efetivamente, a relação entre o Estado e as entidades da economia social, é de extrema importância. Segundo o art. 9.º da Lei de Bases da Economia Social, entre outras obrigações, o Estado deve procurar estimular e apoiar a criação e a atividade das entidades da economia social e assegurar o princípio da cooperação, considerando nomeadamente, no planeamento e desenvolvimento dos sistemas sociais públicos, a capacidade instalada material, humana e económica das entidades da economia social, bem como os seus níveis de competência técnica e de inserção no tecido económico e social do país.

No entanto, o enquadramento legal das instituições introduz alguns constrangimentos à prossecução da sua atividade de forma sustentável. Isto porque a adaptação, por parte das IPSS, a alterações das normas legais pode requerer investimentos avultados, como a construção de infraestruturas, que quase sempre implicam o recurso ao crédito, o que pode levar ao estrangulamento financeiro das instituições (Sousa *et al.*, 2012).

Num estudo pela Charity Commission (2010) são enumeradas cinco categorias de risco que, atendendo à sua natureza, as IPSS enfrentam: de governação, operacionais, financeiros, externos e de conformidade com as leis e regulamentos. O Quadro 2 infra apresenta alguns exemplos dos riscos associados a cada uma das categorias.

Fatores semelhantes são avançados por outros estudos. Por exemplo, Sousa *et al.* (2012) sublinham a falta de profissionalização da gestão das IPSS, realçando a necessidade dos seus órgãos sociais serem apoiados por quadros com experiência de gestão. Destacam ainda os riscos associados à falta de estabilidade e previsibilidade das políticas públicas que direta ou indiretamente afetam as decisões das IPSS.⁹

⁹ Os autores dão o exemplo da recente alteração do enquadramento legal dos centros de atividades de tempos livres (CATL). As autoridades públicas criaram incentivos às IPSS para alargarem a oferta de CATL para os alunos das escolas públicas. Muitas instituições responderam positivamente a este estímulo investindo nessa oferta. Contudo, não muito tempo depois, a orientação política mudou e passaram a ser as próprias escolas a disponibilizar essa oferta, cobrando valores simbólicos às famílias e levando ao desvio de muitas crianças dos CATL das IPSS.

A Charity Commission realçou que, das cinco categorias de risco enunciadas, na maioria dos casos, os riscos financeiros são os de maior impacto na avaliação final do risco das ESNL.

Quadro 2: Categorias de risco de uma ESNL (adaptado de Omar *et al.*, 2013)

Categoria de risco	Exemplos
Riscos de governação	Estrutura organizacional inadequada Falta de competências de gestão ou de compromisso por parte do órgão de gestão Conflitos de interesse
Riscos operacionais	Falta de bem-estar do utente Preço praticados baixos Deficiente recrutamento e formação do pessoal Falta de segurança de ativos
Riscos financeiros	Informação financeira insuficiência ou incorreta Níveis de liquidez inadequados Dependencia de limitadas fontes de receitas Políticas de gestão de investimento inadequadas Insuficiência de cobertura de seguros
Riscos externos	Fraca reputação ou perceção pública Alterações demográficas Incertezas no ambiente económico e político Alterações de políticas governamentais
Conformidade com lei e regulamentação	Possibilidade de fraudes Pobre conhecimento de legislação e regulamentação

Efetivamente, pelo menos em Portugal, um dos principais problemas com que as IPSS se têm deparado advém do modelo de financiamento adotado, o qual dificulta uma gestão sustentável das instituições. As IPSS apoiam-se fortemente no financiamento público por intermédio dos já citados acordos de cooperação estabelecidos com o Estado através dos serviços de Segurança Social. Para além deste financiamento, o funcionamento é ainda fortemente suportado pelas comparticipações dos utentes e familiares. No entanto, os preços dos serviços prestados afiguram-se muitas vezes abaixo dos preços de mercado.

A excessiva dependência do financiamento do Estado levanta questões como a falta de autonomia e sustentabilidade das instituições. Sousa *et al.* (2012) referem que “está ainda muito enraizada nas mentalidades de muitas IPSS que as soluções passam quase sempre e fundamentalmente pelo reforço dos apoios financeiros públicos. Ora, a escassez de recursos públicos atuais e previsíveis para os anos vindouros torna esta visão cada vez

mais irrealista.” Os autores alertam para a necessidade de diversificar as fontes de financiamento.

De acordo com um estudo do Conselho Económico e Social (2013), a generalidade das IPSS caracteriza-se por estar numa situação económico-financeira difícil, nomeadamente devido a:

- dificuldades económicas das famílias que cada vez têm menor capacidade de efetuar as comparticipações das respetivas respostas sociais;
- recentes cortes das pensões, cujo nível médio já era baixo, e que obrigatoriamente têm impacto sobre a capacidade de pagamento das mensalidades;
- aumento das despesas de exploração resultante, por exemplo, do aumento do preço dos serviços de água e eletricidade;
- reduzidas comparticipações por parte da Segurança Social.

Segundo o Provedor da Santa Casa Lisboa, Pedro Santana Lopes (2015), “existe um longo caminho a percorrer aliando a inovação aos desafios. A dependência excessiva do financiamento público, os modelos de gestão e de negócio obsoletos e os modelos de governo pouco preparados para responder às exigências do Terceiro setor são alguns desafios ao qual Portugal enfrenta.” Apesar das Santas Casa serem organizadas de forma independente e deterem autonomia financeira, através das receitas geradas pelo exercício de atividades lucrativas (como rendimentos de prestações de serviços, campanhas de angariação de fundos, vendas, leilões, empresas, entre outros) continuam muito dependentes de entidades externas, dado que a sua principal fonte de receita são os donativos (Lopes, 2015).

I.2. A análise financeira nas IPSS

1.2.1. Introdução

A União das Misericórdias Portuguesas (UMP), no seu Relatório de Atividades e Contas de 2014, colocou o seu foco na sustentabilidade económica e financeira das instituições. Define sustentabilidade económica como a capacidade de harmonizar a obtenção e preservação do capital real e monetário com os compromissos presentes e futuros.

Entendeu como sustentabilidade financeira a capacidade de obter rendimentos (na forma de mensalidades, doações ou outras) para manter processos produtivos (prestação de serviços sociais) em funcionamento ou em expansão, visando produzir resultados (realizar a sua missão, respondendo às exigências sociais).

Cada vez mais as IPSS estão conscientes do benefício da utilização de instrumentos de medida apropriados como estratégia de avaliação de operações, programas, serviços e estabilidade financeira. Por exemplo, a UMP definiu como um dos seus objetivos para 2016, terminar o desenvolvimento de um instrumento de gestão particular: o *Balanced Scorecard*. O objetivo será depois disponibilizar esta ferramenta aos seus associados.

Kaplan e Norton (1997) definem o *Balanced Scorecard* como um modelo que materializa a visão estratégica da empresa por meio de um mapa com objetivos e indicadores de desempenho, organizados segundo quatro perspetivas diferentes: financeira, clientes, processos internos e aprendizagem e crescimento. Estes indicadores devem ser interligados para comunicar um pequeno número de temas estratégicos amplos, como o crescimento da empresa, a redução de riscos ou o aumento de produtividade.

Muito embora o *Balanced Scorecard* tivesse sido desenhado inicialmente para aplicação e aprimoramento da gestão no setor privado, rapidamente as organizações do setor público e as instituições sem fins lucrativos se aperceberam da sua flexibilidade e da vantagem que poderiam ter na sua utilização. No entanto, a aplicação desta ferramenta às instituições sem fins lucrativos exigiu algumas alterações, nomeadamente, nas perspetivas financeira. Estas alterações visavam alcançar a melhor utilização dos recursos de forma diferente daquela que era utilizada pelas organizações privadas, de forma a responder às necessidades dos utentes e clientes. Nas instituições sem fins lucrativos, a figurado lucro é substituída pelo bem-estar e satisfação de todos os *stakeholders*.

No entanto, a opinião não é consensual e alguns autores referem-se à informação financeira com alguma apreensão (Helmig *et al.*, 2004; Ebrahim, 2005; Young, 2006; Lopes, 2015). Características como trabalho em regime de voluntariado sem apoio profissional especializado, a falta de domínio de conhecimentos técnicos contabilísticos e o alinhamento dos diferentes interesses são apontados como causas dessa apreensão (Helmig *et al.*, 2004).

O principal motivo para a avaliação do desempenho financeiro de uma IPSS é certamente determinar o quão bem a instituição está a cumprir a sua missão. Os números financeiros, por si só, não podem responder a esta questão mas, na nossa opinião, fornecem informações importantes. É inegável que uma entidade com bons níveis de rendibilidade e com uma estável e forte estrutura financeira conseguirá realizar a sua missão com maior facilidade.

Neves (2012) sublinha que, independentemente da dimensão e natureza da atividade de uma entidade deve-se conhecer, de forma exata, a sua situação económica e financeira permitindo, assim, a resolução de problemas de gestão.

A compreensão da situação financeira de uma IPSS deve passar pela realização de uma análise técnica, vulgarmente denominada de análise de rácios. Este tipo de análise concentra-se na recolha de dados das demonstrações financeiras, usando-os para calcular relações apropriadas entre diferentes rubricas para, em seguida, inferir sobre o desempenho e capacidade financeira da organização.

Não existem indicadores universais que se possam aplicar a todas as ESNL. Contudo, existem alguns rácios cuja utilidade é relativamente consensual entre as comunidades científica e profissional. Os indicadores que a seguir se apresentam baseiam-se no seguinte conjunto de trabalhos académicos: Chabotar (1989), Keating e Frumkin (2001), Ritchie e Kolodinsky (2003), Zietlow *et al.* (2003), Abraham (2006), Bowman (2011), Ryan e Irvine (2012) e Omar *et al.* (2013).

Nestes estudos, através de modelos matemáticos, os autores procuraram identificar quais os rácios que melhor traduzem certas dimensões adequadas para analisar as ESNL. Os diferentes indicadores usados foram, assim, agrupados em distintas dimensões, a saber: liquidez, solvência, eficiência e rendibilidade. Para cada dimensão é, pois, possível associar múltiplos rácios diferentes. O pressuposto implícito é que as referidas dimensões, e o desempenho e posição económico-financeira de uma forma geral, são complexas e não podem ser capturadas através de uma única medida individual. Cada rácio pertencente a uma mesma dimensão proporciona uma perspetiva ligeiramente diferente, devendo ser interpretado de forma complementar com os outros (Prentice, 2015). Desta forma, os diferentes indicadores devem ser avaliados em conjunto para se obter uma imagem mais completa de cada dimensão e da condição económica e financeira da entidade como um todo.

Neves (2012) declara que a análise da situação económica e financeira deve, fundamentalmente, preocupar-se em responder a duas questões em particular:

1. Em que medida uma entidade dispõe de recursos financeiros adequados as suas necessidades operacionais, ou tem possibilidade de vir a dispor destes recursos, de forma a assegurar a consecução dos seus objetivos e garantir sua independência perante terceiros?
2. Qual a capacidade que a entidade dispõe de gerar rendimentos, dando assim satisfação a todos os que dela participam e assegurando permanência e expansão da sua atividade?

A primeira questão refere-se ao estudo da situação financeira, mais precisamente à análise dos conceitos relacionados com o endividamento, ciclo de exploração, equilíbrio financeiro, em geral, e liquidez e solvabilidade, em particular. A segunda questão pretende analisar a entidade do ponto de vista económico, analisando o grau de eficiência, em termos de rendibilidade e produtividade (Neves, 2012).

Seguindo as indicações do referido autor, iremos dividir a apresentação dos indicadores em termos de rendibilidade e eficiência e equilíbrio financeiro.

1.2.2. Análise da rendibilidade e eficiência

A sustentabilidade das IPSS passa também pela eficiência e rendibilidade das suas atividades, que devem ter sucesso, de forma a justificarem os recursos que a sociedade e o Estado lhes vão disponibilizando. Neves (2010) afirma que para medir resultados e desempenhos é necessário criar medidas que permitam avaliar as pessoas e a organização como um todo. Nas entidades com fins lucrativos esta medição é relativamente fácil, pois, em última análise tem como referência o lucro da atividade desenvolvida. Nas ESNL, porém, o lucro não é o fim destas organizações. Os objetivos são antes mais diversos, de cariz pessoal, ético e/ou social. A avaliação do desempenho destas organizações torna-se assim uma questão mais controversa e complexa.¹⁰

¹⁰ Neves (2010) sintetiza bem a problemática associada à escolha das medidas de desempenho para as ESNL. O estudo do CNIS (2014) também apresenta um conjunto de indicadores que procuram medir o impacto social das IPSS na região em que se inserem. A análise de desempenho através de indicadores de índole não estritamente financeira não foi rigorosamente explorada no presente trabalho pois não era esse o seu objetivo.

Tal como referido anteriormente, de facto, o nível de eficiência das ESNL deve ser medido em termos dos resultados sociais associados à sua missão. Contudo, a análise da perspetiva financeira é também deveras importante, dado que o sucesso da missão depende da existência de recursos financeiros e da forma como os mesmos são geridos. Apesar de o excesso de rendimentos sobre gastos não ser necessariamente um indicador de bom desempenho nas IPSS, é ainda assim fundamental analisar a sua capacidade de obtenção de resultados positivos.

Em pequenas IPSS, as opções de gestão podem ter como objetivo garantir o fornecimento do máximo de serviços sem incorrerem em prejuízos. Mas para entidades de maior dimensão é muito difícil gerir com um objetivo de resultado nulo (*breakeven*). Soares *et al.* (2012) sublinham que o referencial de resultados nulos é contraproducente e favorece uma situação de dependência estrutural destas instituições aos ciclos políticos e orientações governamentais em detrimento da sua independência.

Na realidade, um modelo de negócio saudável é caracterizado por uma receita confiável que cobre as despesas operacionais e contribui para a geração de excedentes que possam ser usados na prossecução da sua missão. “Sem fins lucrativos” deve constituir apenas um estatuto fiscal, não um modelo de funcionamento. Se o objetivo for apenas o do *breakeven*, deixa de existir qualquer margem para suportar condições adversas fora do planeado.

As IPSS devem, pois, procurar a obtenção de resultados positivos com vista a garantir alguma folga financeira para suportar períodos de maior insuficiência de receitas ou gastos inesperados. Porém, este objetivo não deve procurar ser alcançado por via da redução dos serviços prestados ou pela diminuição da sua qualidade. Deve, sim, ser atingido por via de uma maior eficácia no controlo dos gastos e na prossecução de atividades secundárias cujo rendimento possa contribuir para subsidiar a ação social. Este rumo foi mesmo textualmente previsto no novo Estatuto das IPSS.

No Quadro 3 apresenta-se um conjunto de indicadores considerados pertinentes para analisar a capacidade da entidade para obter resultados adequados, os quais serão de seguida alvo de explanação.

No entanto, antes de procurar dissecar os indicadores identificados no quadro, será bastante útil efetuar analisar a evolução da estrutura de gastos e rendimentos da entidade.

Quadro 3: Indicadores de rentabilidade

Indicadores	Fórmula de Cálculo
Peso relativo de cada rendimento	Rendimento X / Total de rendimentos
Peso relativo de cada gasto	Gasto X / Total de rendimentos
Rendibilidade do Ativo Total - <i>Return On Assets</i>	Resultado operacional / Ativo total
Rendibilidade do Ativo de exploração	Resultado de exploração / Ativo de exploração
Efeito dos resultados extraexploração	Resultado operacional / Resultado de exploração
Efeito do ativo extraexploração	Ativo de exploração / Ativo total
Margem sobre o volume de negócios	Resultado de exploração / Volume de negócios
Rotação do ativo de exploração	Volume de negócios / Ativo de exploração

Ao estudar a demonstração dos resultados em termos relativos poderemos concluir, nomeadamente, acerca da concentração de rendimentos e gastos. A análise da estrutura de rendimentos e gastos, que consiste em verificar a evolução do respetivo peso relativo, permite ter uma visão daquela variação temporal e identificar eventuais comportamentos adversos.

Tal como referido anteriormente, uma das características das IPSS é a sua concentração das suas fontes de receitas. Sousa *et al.* (2012), num estudo sobre as IPSS portuguesas, sustentam que os apoios públicos continuarão a ter necessariamente um papel importante na estrutura de receitas das IPSS, mas aquelas não poderão continuar a ser encarados como a fonte primeira e em muitos casos quase exclusiva de obtenção de recursos financeiros.

É possível encontrar na literatura, dois possíveis efeitos contrários de uma forte dependência de limitadas fontes de receita. Por um lado, alguns autores ressaltam que é possível atingir uma maior estabilidade de receitas através da diversificação das suas origens; reduzindo a volatilidade dos fluxos de caixa será possível aumentar a solidez financeira (Chabotar, 1989; Keating e Frumklin, 2001). No entanto, outros autores salientam que as IPSS têm necessidade de verificar uma coerência natural entre a sua missão e a principal fonte de captação. Além disso, concentrando-se em fontes de

financiamento mais exclusivas também poderão incorrer em custos gerais mais baixos (Chikoto e Neely, 2014).

Também o impacto de diferentes estruturas de gastos no crescimento e estabilidade financeira das IPSS não é unânime. Por um lado, um maior peso relativo de gastos gerais¹¹ é muitas vezes sinónimo de ineficiência e desperdício, que em última análise pode levar a uma quebra de donativos. Contudo, os elevados custos administrativos podem também ser o resultado de uma estratégia de maior flexibilidade operativa que poderá ser utilizada como alavanca em tempos de turbulência económica (Omar *et al.*, 2013).

Passemos de seguida ao estudo dos indicadores apresentados no Quadro 2.

O primeiro rácio exposto é a rendibilidade do ativo total. Ao relacionar os resultados operacionais (antes de encargos de financiamento e impostos) com o ativo total, este indicador económico tem como finalidade medir o desempenho económico de uma empresa procurando aferir da capacidade da entidade para gerar resultados positivos através da gestão dos recursos postos à sua disposição, independentemente da sua forma de obtenção. A performance operacional da instituição, será melhor quanto maior for o resultado deste rácio.

Importa, no entanto atender a que uma larga maioria das IPSS, nomeadamente as Santas Casas da Misericórdia, apresentam nos seus Balanços ativos de elevado montante, nomeadamente ao nível de Ativos Fixos Tangíveis e Propriedades de Investimento. Este aspeto deriva da aquisição de imóveis essenciais para a sua atividade, e também e sobretudo do acumular de património imobiliário fruto de doações. Alguns destes imóveis registados em Propriedades de Investimento encontram-se muitas vezes devolutos, estando no entanto sujeitos a encargos de detenção e manutenção. Para uma eficiente gestão financeira as entidades deveriam procurar a sua rentabilização, quer seja através da sua venda ou pelo seu arrendamento.

¹¹ Nos Estados Unidos da América, o reporte dos gastos das ESNL é feito através da sua afetação a três funções: atividades sociais, administrativas e de angariação de fundos. Em Portugal, a divisão dos gastos por naturezas não fornece este tipo de informação. Sendo pertinente para a análise, poder-se-ia aproveitar a contabilidade analítica para obter essa informação. Para tal, os gastos diretos seriam imputados às diferentes respostas sociais e os gastos gerais seriam inicialmente alocados a, por exemplo, “serviços gerais”. No final do período, ou periodicamente, estes teriam de ser imputados às principais respostas sociais através de uma chave de repartição devidamente justificada.

Assim, para que a análise da rendibilidade não seja enviesada por este facto, e para um maior apoio à tomada de decisões, é conveniente procurar analisar a rendibilidade associada à sua atividade social de uma forma separada. Para o efeito, deve-se procurar expurgar do resultado operacional e do ativo total, respetivamente, o resultado das atividades de investimento e o ativo extraexploração. Esta tarefa será mais fácil se a entidade optar por desenvolver uma contabilidade analítica que permita obter uma demonstração de resultados para cada valência e atividade extraexploração.

Esquemáticamente é, pois, útil considerar a desagregação da rendibilidade do ativo total nos seguintes rácios: rendibilidade de exploração, efeito dos resultados extraexploração e efeito do ativo extraexploração:

$$\frac{\text{Resultado operacional}}{\text{Ativo Total}} = \frac{\text{Resultado de exploração}}{\text{Ativo de exploração}} \times \frac{\text{Resultado operacional}}{\text{Resultado de exploração}} \times \frac{\text{Ativo de exploração}}{\text{Ativo Total}}$$

Saliente-se, novamente, que nas IPSS a obtenção de níveis de rendibilidade elevados não constitui de todo o seu principal objetivo. Mas as instituições devem procurar pelo menos obter níveis suficientes e em que as atividades extraexploração, se necessário, possam compensar a não lucratividade das atividades sociais. Para análise destas atividades complementares, deve procurar-se analisar igualmente a evolução da sua rendibilidade, relacionando os resultados obtidos com os ativos afetos às mesmas.

Para uma melhor análise da rendibilidade de exploração devemos ainda decompor o indicador no produto de dois fatores: a margem sobre o volume de negócios e a rotação do ativo de exploração.

$$\frac{\text{Resultado de exploração}}{\text{Ativo de exploração}} = \frac{\text{Resultado de exploração}}{\text{Volume de negócios}} \times \frac{\text{Volume de negócios}}{\text{Ativo de exploração}}$$

Através da análise da margem sobre o volume de negócios podemos verificar se o valor recebido dos utentes e via subsídios públicos consegue suportar a totalidade dos gastos em que a entidade incorre para levar a cabo as atividades sociais.

A rotação do ativo de exploração traduz o número de euros obtidos (via utentes ou Estado) por cada euro de recursos investidos em ativos de exploração. Procurar não deter recursos investidos “inativos” constitui, assim, também uma tarefa essencial da gestão.

Não devemos esquecer que, numa outra perspetiva, o conceito de rendibilidade pode ser associado à capacidade de gerar fluxos de caixa positivos. Para levar em linha de conta

esta ótica, devemos analisar a evolução da Demonstração de Fluxos de Caixa das IPSS, procurando tendência e justificando sobretudo as variações desfavoráveis. Qualquer entidade, independentemente dos seus fins lucrativos ou não, deve procurar que os fluxos das atividades operacionais sejam positivos e não depender de forma sistemática e estrutural dos fluxos da atividade de financiamento para suporte da sua atividade. Atenda-se, no entanto, que devido ao seu forte carácter social, será muito difícil para as IPSS atingirem este objetivo apenas com os fluxos de caixa resultantes das suas respostas sociais.

1.2.3. Análise do equilíbrio financeiro

A identificação da eventual vulnerabilidade financeira de uma IPSS é importante para auspicar a sua capacidade de sobrevivência. A existência de uma situação de fragilidade financeira levanta questões relacionadas com a continuidade das atividades, nomeadamente durante períodos de maior incerteza económica. Nestes períodos, os particulares tendem a diminuir os donativos e os utentes podem ver as pensões e ordenados sofrer reduções que se repercutem nas receitas das IPSS. Assim, para evitar o risco de vulnerabilidade financeira, é crucial que as IPSS avaliem o seu nível de risco e, logo, o seu equilíbrio financeiro.

O equilíbrio financeiro consiste na harmonização entre as diferentes massas patrimoniais do Balanço que, no geral, decorre de uma concordância entre os diferentes horizontes temporais das origens e aplicações financeiras e que, no limite, fornece a capacidade das entidades solverem os seus compromissos (Fernandes *et al.*, 2012).

Segundo Nabais e Nabais (2011), o equilíbrio financeiro pode ser tratado recorrendo às teorias tradicional e funcional. A análise patrimonial ou tradicional tem por objetivo detetar a capacidade que a empresa tem de satisfazer as suas obrigações de pagamento nas datas exigíveis e que se encontram registadas no balanço. Esta análise permite-nos ajuizar se a estrutura está equilibrada, visto que a empresa terá de liquidar as origens de fundos que se vão tornando exigíveis com as aplicações de fundos que se vão tornando disponíveis. Por sua vez, a análise funcional baseia-se no balanço funcional e no ciclo financeiro da atividade da empresa.

Neste trabalho optámos por apresentar os indicadores de equilíbrio financeiro separando a abordagem patrimonial da funcional. Dentro da abordagem patrimonial separámos ainda a análise da condição de equilíbrio em curto prazo e médio e longo prazo.

1.2.3.1. Análise da liquidez (equilíbrio financeiro de curto prazo)

O facto de uma entidade estar a gerar bons resultados não é equivalente a manter níveis adequados de liquidez e uma gestão de tesouraria desafogada. Será necessário não só a obtenção de resultados positivos mas também a capacidade de transformar esses resultados em meios monetários líquidos. Por outro lado, a existência de ativos com elevado grau de liquidez facilita manter o cumprimento atempado das obrigações, mesmo em períodos em que os fundos escasseiam. É com base nestes recursos que será possível absorver riscos, como acontecimentos adversos inesperados, e responder a novas oportunidades.

Uma entidade que não apresenta capacidade financeira para solver as suas dívidas, à medida que elas vão surgindo, poderá vir a ter problemas financeiros estruturais mais tarde é uma empresa que vai ter certamente de enfrentar uma séria crise de falta de liquidez e deparar-se com problemas graves no seu funcionamento.

A análise dos indicadores de liquidez auxilia os gestores a antecipar problemas e a aproveitar oportunidades. Uma possível listagem dos rácios mais relevantes é apresentada no Quadro 4 apresentado na página seguinte.

A análise tradicional considera que o equilíbrio financeiro é alcançado sempre que o ativo circulante é superior ao passivo de curto prazo. O fundo de maneio é uma margem de segurança para evitar ruturas de tesouraria. Por outras palavras, é a parte excedente do ativo circulante que cobre o passivo circulante, ou seja, a parte dos ativos fáceis de liquidar que cobre os passivos que exigem liquidação a curto prazo. Um fundo de maneio negativo, nulo ou de um valor positivo baixo pode tornar-se insuficiente para fazer face aos compromissos a curto prazo. No entanto, um fundo de maneio em excesso é prejudicial uma vez que origina gastos de exploração para a empresa, deste modo o fundo de maneio deve ser o mínimo possível.

Quadro 4: Indicadores de liquidez

Indicadores	Fórmula de Cálculo
Fundo de maneo	Ativo circulante – Passivo de curto prazo
Liquidez geral	Ativo Circulante / Passivo de curto prazo
Liquidez reduzida	(Ativo circulante – Inventários) / Passivo de curto prazo
Liquidez imediata	Meios financeiros líquidos / Passivo de curto prazo
Prazo médio de recebimentos	Saldo médio de clientes / Volume de negócios líquido x 365
Prazo médio de pagamentos	Saldo médio de fornecedores / (Compras líquidas + FSE) x 365
Prazo médio de armazenamento	Saldo médio do inventário / Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas x 365
Reserva primária - <i>Primary Reserve Ratio</i>	Ativo corrente / Despesas totais
Cobertura dos encargos financeiros	Resultado operacional / Gastos de financiamento
Cobertura do serviço da dívida	Resultado operacional / (Gastos de financiamento + dívida financeira curto prazo)

O rácio de liquidez geral permite uma análise idêntica ao do fundo de maneo mas relativa atendendo à dimensão da entidade. Este indicador é muitas vezes apresentado como a “almofada de segurança” da entidade quando os credores reclamam os reembolsos das dívidas de curto prazo. Para ter liquidez, uma entidade deve apresentar um fundo de maneo suficiente para permitir fazer face aos riscos resultantes da lentidão com que valores ativos se transformam em dinheiro. Se isso não acontecer pode provocar desequilíbrios na tesouraria.

Por sua vez, a liquidez reduzida pretende analisar até que ponto a capacidade de liquidação do passivo de curto prazo está dependente da realização dos inventários. Apesar de incluído nesta análise, não será exatável que apresente um valor muito diferente do primeiro, uma vez que os inventários apresentam pouca expressão no balanço das IPSS. A liquidez imediata é o indicador que restringe ainda mais o conceito de ativos líquidos, cingindo-os às disponibilidades e aplicações financeiras de curto prazo de uma entidade. É utilizada pelos analistas que pretendem conhecer o grau de cobertura dos passivos circulantes por disponibilidades.

Se uma entidade não dispõe de imediato de meios monetários suficientes para cumprir com as suas obrigações de curto prazo, a chave para a sua liquidação atempada pode assentar na maior ou menor rapidez com que é capaz de converter os restantes ativos

correntes em fundos líquidos. Esta condição pode ser analisada através dos rácios de atividade, nomeadamente os prazos médio de armazenamento e de recebimento.

Note-se que, por regra, as IPSS apresentam clientes de diferente natureza, por exemplo, particulares e institucionais (por exemplo, dívidas da ARS - Administração Regional de Saúde ARS derivadas de serviços em Unidades de Cuidados Continuados). Nestes casos, dada as diferentes características e diferentes peso nas receitas recolhidas, poderá ser útil desagregar o prazo médio de recebimento por tipo de cliente. Desta forma, o órgão de gestão poderá melhor estudar possíveis formas de atuação adequadas a cada grupo de cliente.

O rácio de Reserva Primária (*Primary Reserve Ratio*), que relaciona o ativo corrente com as despesas totais, permite responder à questão “A organização sem fins lucrativos tem recursos financeiros para suportar a missão?” (Abraham, 2006). Quanto maior for o seu resultado maior será a solidez financeira e a perspetiva de crescimento. Este rácio foi também referenciado por Omar *et al.* (2013) para averiguar a exposição ao risco e à vulnerabilidade financeira.

Os últimos indicadores apresentados são os denominados rácios de cobertura e revestem particular interesse para os credores institucionais de dívida financeira. Estes indicadores procuram apurar indícios sobre a capacidade da entidade para gerar excedentes financeiros operacionais (correspondentes ao resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos – EBITA – *Earnings before interest, taxes and depreciation*) que suportem o pagamento das suas responsabilidades de curto prazo para com os fornecedores de dívida financeira.

Será ainda relevante analisar a evolução das rubricas da demonstração de fluxos de caixa. Este mapa apresenta-se com uma conceção ligada aos ciclos financeiros da empresa e aos tipos de decisão, procurando dar informação sobre a formação das disponibilidades, medindo o impacto dos vários tipos de decisão e o valor dos fluxos de caixa à saída de cada ciclo financeiro: operacional, investimento, financiamento. De uma forma simples permite conhecer como foi gerado e utilizado o dinheiro no período em análise. Os fluxos de caixa fornecem informação que se reveste de grande utilidade, na medida em que permitem melhorar o conhecimento das variações ocorridas na estrutura financeira e da capacidade da empresa para fazer face aos seus compromissos no futuro.

1.2.3.2. Análise da solvabilidade (equilíbrio financeiro de médio/longo prazo)

Para analisar o equilíbrio financeiro de médio/longo prazo é comum o recurso a rácios de estrutura de capital e solvabilidade que, por um lado, permitem conhecer a combinação das diferentes origens de capitais a que a empresa recorre para financiar os seus ativos e, por outro, possibilitam avaliar a capacidade para solver os seus compromissos de médio e longo prazo (Fernandes *et al.*, 2012).

Podemos tentar avaliar estas condições com base nos rácios apresentados no Quadro 5 infra.

Quadro 5: Indicadores de solvabilidade

Indicadores	Fórmula de Cálculo
Autonomia financeira	Fundos patrimoniais / Ativo total
Solvabilidade	Fundos patrimoniais / Passivo total
Debt Ratio	
• com base no passivo total	Passivo total / Fundos patrimoniais
• com base no passivo de médio/longo prazo	Passivo de médio e longo prazo / Fundos patrimoniais
• com base nos empréstimos bancários totais	Empréstimos bancários totais / Fundos patrimoniais
Estrutura do endividamento	Passivo corrente / Passivo total
Rendibilidade dos fundos patrimoniais	Resultado Líquido / Fundos patrimoniais
Período de recuperação da dívida	Dívida financeira / Excedentes líquidos totais

Os primeiros três rácios permitem analisar a estrutura de financiamento da organização, isto é, em que percentagem a entidade utiliza capitais alheios ou fundos patrimoniais no financiamento dos seus recursos.

A autonomia financeira permite apreciar em que percentagem é que o ativo da sociedade se encontra a ser financiado por fundos próprios. Entidades com uma menor autonomia financeira terão uma menor capacidade para suportar choques adversos futuros. Quanto maior a autonomia financeira face a terceiros, maior será o grau de solvabilidade.

O rácio *Debt Ratio* é outro indicador da solvabilidade financeira das instituições e permite-nos auferir se uma instituição depende do capital alheio para financiar os seus ativos (Omar *et al.*, 2013).

Note-se que, tal como é possível analisar numa análise integrada da equação fundamental da rendibilidade, um elevado grau de solvabilidade pode limitar o conhecido potencial do efeito de alavanca financeira como fator de incremento da rendibilidade financeira. No entanto, nas IPSS, a rendibilidade dos fundos patrimoniais carece de uma interpretação mais cuidada. Nas entidades lucrativas este indicador procura medir o grau de remuneração dos proprietários da entidade, avaliando o retorno do investimento efetuado pelos mesmos. Pelas características intrínsecas das IPSS, esta não será uma interpretação adequada para este tipo de entidade. Assim, no nosso entendimento, o acompanhamento da rendibilidade dos fundos patrimoniais deve ser efetuado mas para verificar a taxa de crescimento dos fundos patrimoniais com base nos resultados obtidos pela entidade.

O indicador do período de recuperação da dívida procura antever o número de anos que a entidade necessitaria para conseguir liquidar a dívida financeira atualmente existente através dos excedentes financeiros internos gerados. Este rácio procura evidenciar a interdependência entre as dimensões rendibilidade e solvabilidade.

1.2.3.3. Análise do balanço funcional

O balanço funcional é um instrumento de análise do equilíbrio financeiro recorrente na literatura e tem por base os ciclos de operações da empresa/instituição. Apesar do conceito de equilíbrio financeiro estar diretamente relacionado com a capacidade da instituição solver os seus compromissos atempadamente, esta abordagem permite uma abordagem alargada e integrada das diferentes vertentes da “gestão” da instituição entre a rendibilidade e a solvabilidade. A Figura 1 mostra a divisão das rubricas do balanço atendendo ao seu ciclo.

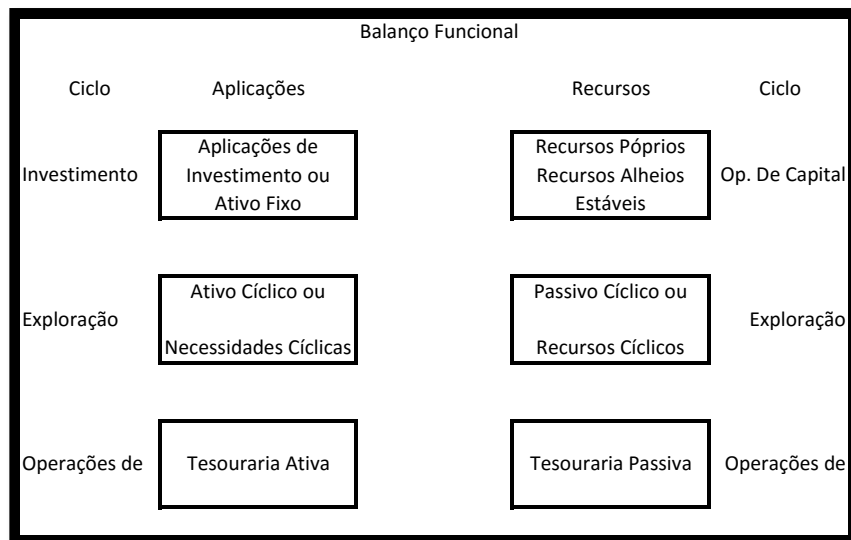


Figura 1: Estrutura do balanço funcional (adaptado de Neves, 2004)

Os indicadores calculados com base neste balanço são o fundo de maneo, as necessidades de fundo de maneo e a tesouraria líquida.

O fundo de maneo corresponde à parte dos recursos estáveis que não é absorvida no financiamento das aplicações fixas, indo cobrir as necessidades de financiamento do ciclo de exploração.

As necessidades de fundo maneo estão relacionadas com as necessidades de financiamento do ciclo de exploração (Fernandes *et al.*, 2012). Este indicador pode revelar informação pertinente acerca de gestão de tesouraria e sobre decisões estratégicas de tesouraria. Assim, quanto menor a conta de clientes e/ou inventários, e/ou maior a conta de fornecedores, menos necessidades de fundo maneo são necessárias. Se uma entidade possuir milhares de euros em inventários possui milhares de euros parados para entrarem no processo produtivo. De igual modo se possuir uma conta de clientes elevada poderá significar dificuldades na cobrança. Já do lado dos fornecedores, quanto maior este valor, significa que possui margem junto dos mesmos, podendo adiar a responsabilidade de pagamento, no entanto, é sempre necessário manter o equilíbrio. Será sempre necessário analisar este indicador em conjunto com os indicadores de atividade (prazos médios) anteriormente apresentados.

Se o valor das necessidades de fundo maneo for maior que zero, isto significa que existem necessidades de financiamento, mas se as necessidades de fundo maneo forem menores que zero então, existe um excedente financeiro do ciclo de exploração.

A tesouraria líquida corresponde à diferença entre os capitais empregues para financiar a atividade e as necessidades resultantes dessa atividade. Este indicador constitui assim um importante indicador de equilíbrio financeiro, sendo demasiado elevado pode evidenciar a possível existência de excedentes que podem prejudicar a rentabilidade final da empresa, e quando negativo pode evidenciar a existência de um défice de tesouraria que poderá representar dificuldades no cumprimento de compromissos financeiros de curto prazo.

I.3. Limitações à utilização dos rácios

Normalmente, a informação sob a forma de rácios possui diversas vantagens relativamente às grandezas contabilísticas analisadas isoladamente em valor absoluto. Assim, algumas das virtudes que em geral são reconhecidas consistem em tornar mais significativa a informação que é proporcionada de um conjunto, facilita comparações, que poderão ter lugar num certo período temporal, numa mesma entidade, como em diferentes entidades num mesmo período referenciado. É todavia fundamental ter-se em mente que existem um numeroso conjunto de fatores que limitam o alcance prático desta técnica de análise financeira, ou seja, os rácios financeiros são apenas um instrumento de análise que deve ser complementado com outros. Um outro inconveniente deriva de não raras vezes os rácios poderem encontrarem-se distorcidos.

Apesar de bastantes úteis na avaliação da situação financeira de uma entidade, existem alguns cuidados a ter na interpretação dos rácios, nomeadamente atendendo a fatores qualitativos, fatores de índole contabilística e necessidade de comparação no tempo e no espaço.

Em primeiro lugar, e em termos genéricos, cumpre salientar que os rácios financeiros são apenas um instrumento de análise que pode e deve ser complementado por outros. Deste modo, a tomada de decisões importantes com base em apenas alguns indicadores tornar-se-á sempre perigosa, mesmo para analistas experientes. Deveremos ter sempre consciência, por conseguinte, que a análise de indicadores, mais do que conclusões, traz-nos apenas alguns indícios que um analista deverá procurar confirmar através do recurso a outras técnicas (como seja, a análise dos fluxos financeiros) e fontes de informação

complementares (por exemplo, por via de uma consulta direta com os responsáveis da entidade em questão).

De facto, os indicadores concentram-se em determinados aspetos da organização sem levar em linha de conta todas as suas dimensões. Existem vários aspetos das ESNL que não são diretamente quantificados neste tipo de análise, tal como a reputação e missão social (Chabotar, 1989). Assim, é importante interpretar os valores obtidos na perspetiva correta, procurando sempre enquadrá-los no âmbito de outros fatores qualitativos relevantes, tais como a envolvente económica e as características muito específicas do setor sem fins lucrativos.

Em segundo lugar, devemos acautelar a possibilidade dos rácios estarem distorcidos devido a serem baseados em dados contabilísticos. Para além da utilização do custo histórico como critério de mensuração da maioria dos ativos, e de critérios de depreciação de ativos por vezes economicamente desajustados, é necessário acautelar as repercussões das seguintes situações nas IPSS:

- a. Podem existir ativos fixos que não estejam capitalizados, nomeadamente terrenos ou edifícios doados por mecenas há já muito tempo, ou encontrar-se registados por um valor muito inferior ao seu valor real;
- b. Algumas IPSS podem deter coleções valiosas (nomeadamente arte sacra e livros antigos) que não estejam refletidas pelo seu justo valor de mercado nas DF;
- c. Pela própria característica dos utentes, podem existir muitas perdas por imparidades por reconhecer nas dívidas dos utentes, apresentando as IPSS ativos e fundos patrimoniais sobrevalorizados;
- d. Podem existir ativos com utilização restringida por imposição dos mecenas.

Outra limitação tem a ver com o facto de ser extremamente difícil definir os limites em que um determinado indicador apresenta valores "bons" ou "maus". Assim, voltamos a encontrar o problema da comparabilidade entre sectores. De facto, o que pode ser um valor acima da média num certo setor pode ser abaixo da média noutra.

Mas mesmo sendo possível definir valores ideais para certos indicadores, uma mesma empresa/instituição pode apresentar indicadores com valores "bons" e outros com valores "maus". Compreensivelmente, esta situação (que é talvez a mais frequente) torna, mais

uma vez, extremamente difícil chegar a um diagnóstico definitivo sobre a saúde económico-financeira.

Qualquer análise financeira deve basear-se na procura de tendências. Para tal, será necessário recolher e analisar pelo menos três anos de informação financeira. Para além desta análise temporal, será sempre também vantajosa uma análise no espaço, comparando os valores da entidade num dado exercício com os dados no mesmo exercício das suas congéneres. Apesar dos rácios do setor nas empresas dos setores lucrativos serem de relativa fácil obtenção, para as IPSS esta informação não se encontra acessível. E muito mais difícil se afigura se atendermos a que a comparação se deve realizar apenas com IPSS que prestem os mesmos serviços (respostas sociais) e em condições económicas e sociais semelhantes.

Assim, de forma resumida, podemos indicar que as implicações de conflitos estendem-se a vários níveis no domínio da análise financeira. Nos aspetos que mais nos interessam, salientam-se os seguintes:

- a. a falta de objetividade da informação contabilística por influência dos critérios adotados (para além das deficiências próprias das técnicas contabilísticas em si);
- a. a existência de interpretações díspares para a mesma informação, consoante os interesses do analista em causa;
- b. a seleção, por um analista, da informação que mais beneficie a sua posição (quando esta não é neutra);
- c. a ocultação, propositada ou não, de informação relevante (Farinha, 1995).

Imeton (2008) salienta que “em qualquer organização, para que a tomada de decisão seja eficaz, é preciso que ela esteja subsidiada por informações que possam suprir o gestor com alternativas que lhe mostrem, com alguma margem de segurança, as consequências de uma tomada de decisão.” Assim, é muito importante que as demonstrações financeiras acompanhem as alterações ao perfil das entidades e dos utilizadores, para que daí resulte informação financeira útil para os mesmos.

II. Aplicação prática a uma IPSS

II.1. Caracterização da entidade

A entidade sobre a qual se apresenta esta aplicação prática é uma Santa Casa de Misericórdia, inserida numa região norte do país, com mais de 300 anos de existência. A Santa Casa da Misericórdia (SCM) de Tarouca é uma IPSS que atua no distrito de Viseu. A par das restantes Misericórdias existentes no país, faz-se representar superiormente pela UMP. A sua missão baseia-se em proporcionar aos seus utentes e a comunidade em geral, ações com qualidade e responsabilidade social, assegurando o desenvolvimento profissional de seus colaboradores.

A SCM de Tarouca foi instituída a 15 de Agosto de 1683 por Miguel Rebelo Coelho do Amaral e Vasconcelos. O seu crescimento e afirmação gradual estão relacionados com o estatuto social dos seus irmãos onde uma grande parte deles é membros influentes da nobreza local.

Segundo os Estatutos da Instituição: “A Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Tarouca, também conhecida pela denominação anterior de Santa Casa da Misericórdia de Nossa Senhora do Socorro, ou abreviadamente denominada Santa Casa da Misericórdia de Tarouca, é uma associação de fiéis, constituída na ordem jurídica canónica, com o objetivo de satisfazer carências sociais e praticar atos de culto católico, de harmonia com o seu espírito tradicional, informado pelos princípios da doutrina e moral cristãs”.

Até 1957 cumpria a missão de ajudar os pobres de um modo discreto, havendo os beneméritos e benfeitores que efetuavam doações à SCM, e desta forma prestando auxílio aos mais necessitados. Em 1958 entrou em funcionamento o Hospital da Misericórdia, que constituiu o primeiro passo da entidade na área da saúde. Com o 25 de Abril de 1974, este hospital foi retirado, o que tornou a instituição inativa.

Em 1982 são aprovados novos estatutos que visavam a inserção da SCM na nova dinâmica social da época. Nos anos seguintes seguiu-se a entrada em funcionamento de um vasto conjunto de valências: a Estrutura Residencial para Idosos (ERPI) e o Centro de Dia em 1986, o apoio domiciliário e a creche em 1990, o jardim-de-infância em 1993, o ATL - Centro de Atividades de Tempos Livres em 1996, a UCC - Unidade de Cuidados Continuados (como parte da experiência-piloto na área a nível nacional) e o Lar

Residencial para Deficientes em 2005, a Clínica de Fisioterapia em 2006, o CAO – Centro de Atividades Ocupacionais em 2015, e já em 2016, entra em funcionamento o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social do projeto RLIS (Rede Local de Intervenção Social, no âmbito do Portugal 2020).

No quadro seguinte apresenta-se o número de utentes abrangidos por resposta social.

Quadro 6: Utes por resposta social da SCM de Tarouca

Respostas sociais	N.º de Utes	Utes com protocolo
Idosos:		
ERPI - Estrutura Residencial para Idosos	58	42
Centro de Dia	18	16
SAD - Serviço de Apoio Domiciliário	40	30
Crianças e jovens:		
Creche	53	45
Jardim-de-infância	47	30
ATL - Atividades de Tempos Livres	40	15
Adultos com deficiência:		
Lar Residencial para Deficientes	9	7
CAO – Centro de Atividades Ocupacionais	7	14
Apoio ao desenvolvimento social:		
UCC - Unidade de Cuidados Continuados de Saúde	20 camas	15 camas
UCC - Unidade de Convalescença	15 camas	
RLIS – Rede Local de Intervenção Social	n.a.	n.a.
Fundo Europeu de Auxílios a carenciados (FEAC)	367 beneficiários	n.a.
Família e comunidade:		
Cantina Social	45 (refeições diárias)	36 (refeições diárias)
Rendimento Social de Inserção (RSI)	60 (agregados familiares)	60 (agregados familiares)
Outros:		
Clínica de Fisioterapia e Reabilitação	n.a.	n.a.
Ajudas Técnicas	n.a.	n.a.
Banco de Medicamentos	n.a.	n.a.

A SCM de Tarouca tem uma equipa com competência técnica em diversas áreas, nomeadamente, na área social, da cultura, da animação, da educação e da saúde, para dar resposta às mais diversas necessidades e carências da comunidade em geral, através de uma boa gestão de todos os recursos disponíveis. Atualmente apresenta uma média de 109 funcionários.

Ao nível de estruturas imóveis, esta Instituição é composta pelo edifício da ERPI, constituído por 3 andares, funcionando também o centro de dia, a sede e a resposta de serviço de apoio domiciliário. Existem também os seguintes edifícios: jardim-de-infância (criado em 1993), creche (edifício de raiz em 2011); ATL (apartamento); UCC e Lar

Residencial para Pessoas com Deficiência (reconstrução do edifício em 2005), Clínica de Fisioterapia (2005), CAO (2015) e RLIS (2016). Todas as valências estão situadas na freguesia de Tarouca.

II.2. Breve caracterização da envolvente

Tarouca é cidade e sede do concelho com o mesmo nome. Localizada na região do Douro Sul e pertence ao distrito de Viseu, integra a área de intervenção da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte e faz parte da Grande Área Metropolitana de Viseu.

As principais atividades do concelho são a agricultura, a criação de gado, o comércio e a prestação de serviços, existindo uma forte presença de indústrias ligadas ao ramo agroalimentar e as caves dos famosos vinhos e espumantes das Caves da Murganheira.

De acordo com os censos de 2011, o Município de Tarouca tem uma população residente de 8048 habitantes e estende-se por uma área de 102 km², o que lhe dá uma densidade populacional de aproximadamente 79 habitantes por cada km². Na mesma data, a estrutura etária da população era a seguinte:

Quadro 7: Estrutura etária da população de Tarouca, Censos 2011

Grupo etário	N.º de Indivíduos
0-14 anos	1.278 (15,9%)
15-24 anos	922 (11,5%)
25-64 anos	4.292 (53,3%)
+ 65 anos	1.556 (19,3%)

Em relação à variação da população, o número de idosos e de população adulta tem vindo a registar um aumento de cerca de 8% e 7%, respetivamente (de 2001 para 2011). Por sua vez as classes etárias mais baixas registam uma evolução inversa, de 17% na idade 0-14 e 30% na idade 15-24 (de 2001 para 2011).

A taxa bruta de natalidade tem verificado um decréscimo acentuado (11,5% em 2001 e 5,6% em 2013), ao contrário da taxa bruta de mortalidade que apresentou um ligeiro decréscimo (11,7% em 2001 e 10,7% em 2013).

Esta estrutura da população, mais madura e envelhecida, tem consequências diretas na atividade da SCM, verificando-se cada vez mais uma maior procura nas respostas sociais de apoio à terceira idade em detrimento das respostas sociais destinadas a crianças e jovens.

No quadro seguinte apresenta-se o conjunto de equipamentos sociais existentes no concelho de Tarouca e nos quais se insere a SCM. No mesmo é possível constatar a necessidade da população dos serviços prestados pela SCM uma vez que as restantes IPSS existentes apenas se focam no apoio à terceira idade.

Quadro 8: Equipamentos sociais no concelho de Tarouca, Segurança Social, 2015

Respostas	Lar Res.	Cap.	Taxa Ocup.	Centro de Dia	Cap.	Taxa Ocup.	Lar de Idosos	Cap.	Taxa Ocup.	Apoio Domiciliário	Cap.	Taxa Ocup.	Jardim de Infância	Cap.	Taxa Ocup.	Creche	Cap.	Taxa Ocup.
Instituições																		
Centro Social Paroquial de Mondim da Beira				X	25	88%				X	35	57%						
Centro Social Paroquial de Salzedas				Previsto iniciar Abril/2015						Previsto iniciar Abril/2015								
Centro Social e Paroquial de Várzea da Serra				X	10	100%	X	10	100%	X	20	100%						
Centro Social Paroquial de Vila Chã do Monte										X	30	67%						
Projetos Sociais dos Bombeiros																		
Santa Casa da Misericórdia de Tarouca	X	10	100%	X	16	100%	X	60	100%	X	30	100%	X	30	100%	X	66	86%

II.3. Análise financeira

A análise financeira que se apresenta tem por base o período 2012-2015. Dada a ausência de estatísticas económico-financeiras oficiais, os rácios do setor apresentados foram calculados com base nos dados de 10 IPSS clientes da sociedade de revisores onde trabalhamos, que apresentam características semelhantes.

Realça-se uma vez mais que o objetivo deste capítulo é mostrar a aplicabilidade do método dos rácios financeiros para uma leitura da situação económico-financeira de uma IPSS.

2.3.1. Análise da rendibilidade e eficiência

A demonstração de resultados evidencia a formação dos resultados, num período igual ao do balanço. No Quadro 9, apresentam-se os rendimentos e gastos da SCM de Tarouca, assim como o peso relativo e a evolução temporal de cada um. As demonstrações dos

resultados por naturezas, no seu formato oficial (embora apresentando apenas as rubricas pertinentes), encontram-se em anexo.

Quadro 9: Rendimentos e gastos da SCM de Tarouca, 2012-2015

RENDIMENTOS E GASTOS	2015			2014			2013			2012	
	euros	%	Δ 15/14	euros	%	Δ 14/13	euros	%	Δ 13/12	euros	%
Vendas e serviços prestados	1.502.666	63%	7%	1.402.000	64%	1%	1.381.661	62%	-3%	1.431.292	64%
Subsídios, doações e legados à exploração	792.371	33%	6%	750.422	34%	1%	741.695	33%	8%	687.962	31%
Trabalhos para a própria entidade	4.602	0%	17%	3.925	0%	-25%	5.202	0%	---	1.862	0%
Outros rendimentos e ganhos	72.501	3%	47%	49.433	2%	-46%	91.238	4%	-21%	115.771	5%
Juros e rendimentos similares obtidos	22	0%	-32%	32	0%	-71%	108	0%	---	21	0%
Total dos rendimentos	2.372.162	100%	8%	2.205.813	100%	-1%	2.219.904	100%	-1%	2.236.908	100%
CMVMC	369.640	16%	1%	364.799	17%	2%	359.355	16%	9%	331.005	15%
Fornecimentos e serviços externos	537.241	23%	0%	536.287	24%	-4%	556.402	25%	0%	557.071	25%
Gastos com o pessoal	1.300.253	55%	16%	1.125.149	51%	5%	1.071.841	48%	2%	1.046.359	47%
Outros gastos e perdas	5.482	0%	-87%	41.598	2%	24%	33.489	2%	674%	4.329	0%
Depreciação e de amortização	153.216	6%	2%	150.290	7%	6%	141.947	6%	-3%	147.043	7%
Juros e gastos similares suportados	39.330	2%	-31%	56.600	3%	11%	51.095	2%	-26%	68.938	3%
Total dos gastos	2.405.162	101%	6%	2.274.723	103%	3%	2.214.130	100%	3%	2.154.745	96%
Resultado líquido do período	-33.000	-1%	-52%	-68.910	-3%	-1293%	5.775	0%	-93%	82.162	4%

Como é possível verificar na Figura 2, a evolução dos resultados da entidade nos últimos quatro anos tem sido bastante negativa. Apesar dos excedentes financeiros operacionais (EBITDA) se revelarem positivos em todos o período de análise, sofreram uma diminuição de cerca de 50% de 2012 para 2015. Essa diminuição também foi sentida no resultado operacional que é praticamente nulo em 2015, e o resultado líquido que passa de um valor positivo em 2012 para níveis negativos em 2014 e 2015.

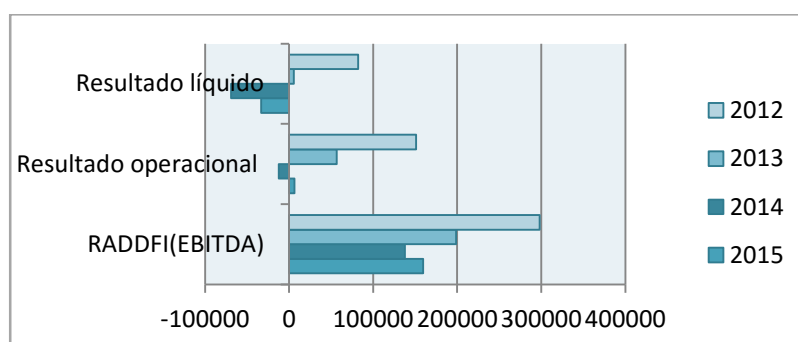


Figura 2: Evolução dos resultados da SCM de Tarouca 2012-2015

Através da Figura 3, vemos que os rendimentos tiveram origem predominantemente nos serviços prestados (quotas pagas pelos utilizadores) e nos subsídios obtidos. O montante dos subsídios deve-se, na sua totalidade, aos acordos de cooperação assinados com a Segurança Social e outras entidades públicas. Esta concentração de rendimentos tem-se mantido estável ao longo do tempo.

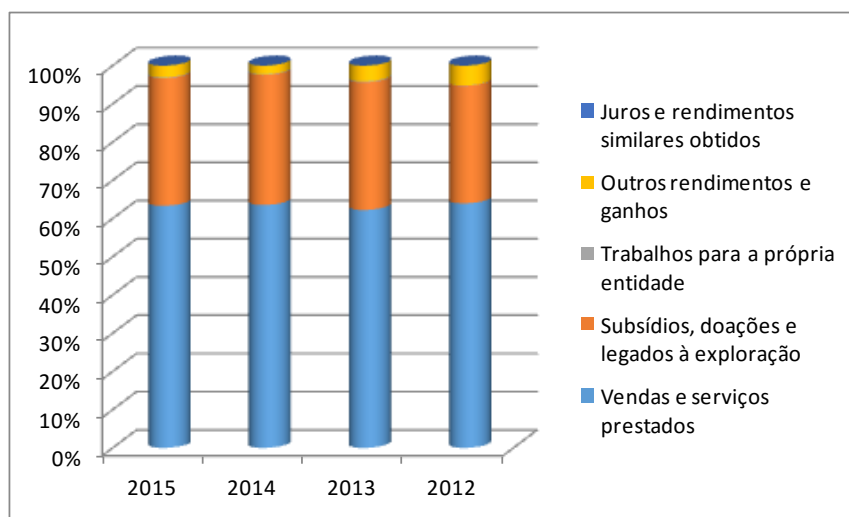


Figura 3: Evolução da distribuição percentual dos rendimentos da SCM de Tarouca 2012-2015

Pela Figura 4 vemos que o montante de juros recebidos é insignificante (devido à ausência de investimentos financeiros) assim como os trabalhos para a própria entidade. Nos outros rendimentos incluem-se as rendas de investimentos não financeiros e o aluguer de equipamento, que manteve um nível de rendimentos estável no período (a rondar os € 6.000) e o montante de donativos cuja evolução é instável (2012: €35.712; 2013: €24.450; 2014: €17.450; 2015: €39.150). Os restantes rendimentos registados são essencialmente a imputação de subsídios ao investimento e correções do exercício anterior. Apesar de se ter verificado um ligeiro acréscimo do volume de prestações de serviços e de subsídios de 2012 para 2015, este não foi refletido ao nível dos resultados, devido ao aumento dos gastos.

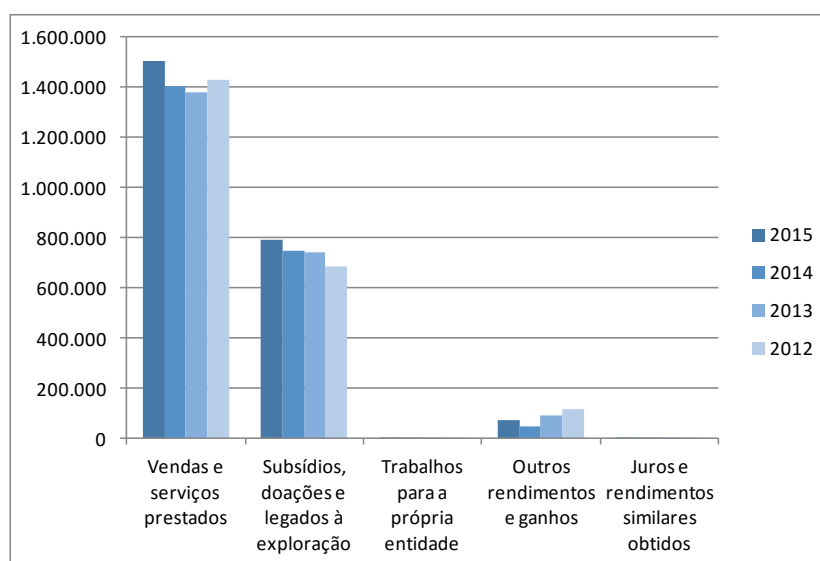


Figura 4: Evolução do montante dos rendimentos da SCM de Tarouca 2012-2015

Relativamente aos gastos, pela análise da sua estrutura (percentagem em função do total dos rendimentos), verifica-se um peso bastante elevado dos gastos com pessoal. Em 2012 consumiam cerca de 47% dos rendimentos e em 2015 esta rubrica já representava 55%. No período de 4 anos, os gastos com pessoal aumentaram cerca de € 250.000, o qual resulta num aumento relativo de aproximadamente 25%. Este foi o resultado de um aumento do número de trabalhadores que passou de 95 (2012) para 109 (2015).

Ao nível dos restantes gastos, regista-se um aumento absoluto do consumo de matérias; sendo o seu peso relativo no entanto bastante estável. Os fornecimentos e serviços externos apresentaram uma ligeira contenção, nomeadamente no gasto com honorários. Os juros suportados também sofreram uma redução natural pela amortização do passivo de financiamento.

Verificamos assim que a principal causa da evolução do resultado líquido foi o aumento dos gastos com pessoal.

Os rácios associados à dimensão rentabilidade e eficiência, quer da entidade individualizada quer do setor, encontram-se no quadro infra.

Quadro 10: Indicadores de rentabilidade da SCM de Tarouca, 2012-2015

	Entidade	Setor	Entidade	Setor	Entidade	Setor	Entidade	Setor
Rátios de rentabilidade e eficiência	2015		2014		2013		2012	
Rendibilidade do ativo (ROA)	0,2%	0,1%	-0,4%	-1,3%	1,7%	-0,1%	4,6%	-0,7%
Rendibilidade de exploração	-0,8%	-0,5%	-1,2%	-2,5%	0,7%	-0,8%	2,4%	-1,8%
Efeito dos resultados de extraexploração	-25,7%	-31,1%	30,2%	64,4%	241,3%	10,8%	192,9%	47,5%
Efeito do ativo extraexploração	99,9%	78,1%	99,9%	78,8%	99,9%	76,1%	99,9%	80,9%
Margem sobre volume de negócios	-1,1%	-0,9%	-1,9%	-4,6%	1,1%	-1,1%	3,7%	-2,6%
Rotação do ativo de exploração	70,3%	56,3%	65,3%	54,5%	63,5%	69,8%	64,1%	67,6%

Para a análise da rentabilidade é desejável isolar o efeito da atividade de exploração da instituição. Assim consideraram-se valores extraexploração os resultados os rendimentos imobiliários e de investimentos financeiros e a imputação de subsídios ao investimento. Nos ativos extraexploração considerou-se apenas os investimentos financeiros uma vez que os investimentos não financeiros estão todos considerados em ativos fixos tangíveis embora alguns não se encontrem afetos à atividade. Não foi possível expurgar estes valores do ativo total, sendo esta uma limitação desta análise.

A evolução da rentabilidade do ativo total apresenta uma evolução semelhante à rentabilidade de exploração, sendo a primeira ligeiramente mais alta todos os anos por efeito dos resultados extraexploração positivos. Ao contrário do setor que viu as suas

rendibilidade económicas evoluírem positivamente, a SCM de Tarouca teve uma evolução desfavorável, passando a ser quase nula ou negativa em 2015. A principal causa da evolução da rendibilidade económica foi da margem devido ao aumento dos gastos com pessoal tal como já tínhamos referido anteriormente.

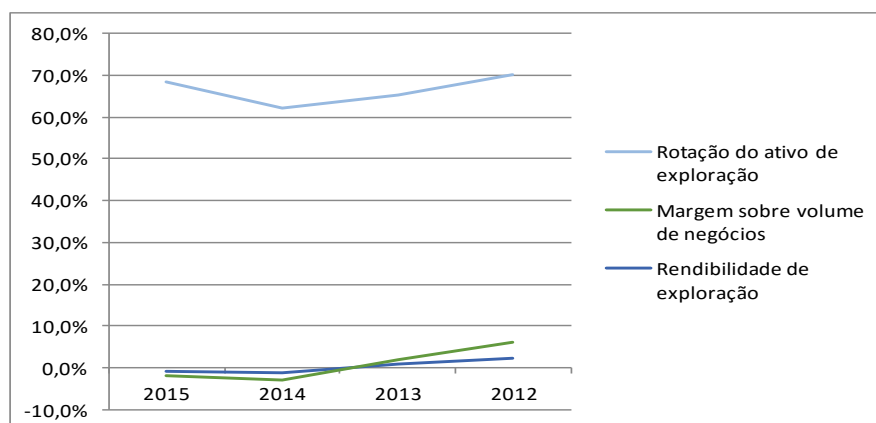


Figura 5: Evolução dos componentes da rendibilidade de exploração da SCM de Tarouca, 2012-2015

O Quadro 11 infra expõe os resultados por resposta social.

Quadro 11: Resultados por resposta social da SCM de Tarouca, 2012-2015

Respostas sociais	2015	2014	2013	2012
Ação Social	- 103.779,27	- 45.222,68	2.289,31	55.994,72
Idosos:	- 16.565,04	44.126,09	90.254,03	108.908,40
ERPI - Estrutura Residencial para Idosos	5.458,26	63.126,73	73.428,88	84.449,27
Centro de Dia	- 2.047,46	- 6.578,74	18.123,61	6.678,80
SAD - Serviço de Apoio Domiciliário	- 19.975,84	- 12.421,90	- 1.298,46	17.780,33
Crianças e jovens:	- 128.150,51	- 136.253,41	- 121.086,62	- 109.530,28
Creche	- 16.788,74	- 29.229,95	- 2.114,30	- 13.234,07
Jardim-de-infância	- 46.832,04	- 43.124,76	- 46.244,28	- 20.049,15
ATL - Atividades de Tempos Livres	- 64.529,73	- 63.898,70	- 72.728,04	- 76.247,06
Adultos com deficiência:	45.766,14	47.981,58	33.606,69	56.794,29
Lar Residencial para Deficientes	46.179,02	47.981,58	33.606,69	56.794,29
CAO – Centro de Atividades Ocupacionais	- 412,88	-	-	-
Família e comunidade:	- 4.829,86	- 1.076,94	- 484,79	- 177,69
Cantina Social	- 4.829,86	- 1.076,94	- 484,79	- 177,69
Saúde	90.966,24	17.934,39	18.402,45	23.135,41
UCC - Unidade de Cuidados Continuados de Saúde	122.406,55	38.605,43	15.469,96	33.895,67
Clínica de Fisioterapia e Reabilitação	- 31.440,31	- 20.671,04	2.932,49	- 10.760,26
Outras atividades	- 9.057,11	- 24.485,10	- 503,81	- 10.939,81
RLIS – Rede Local de Intervenção Social	- 724,57	-	-	-
Rendimento Social de Inserção (RSI)	4.065,45	- 13.858,27	8.194,45	- 59,29
Agricultura	- 10.490,05	- 9.222,01	- 6.770,07	- 4.576,25
Banco de Medicamentos	- 858,81	- 594,82	2.452,64	- 4.077,80
Outros residuais	- 1.049,13	- 810,00	- 4.380,83	- 2.226,47
Gastos gerais	- 11.129,65	- 17.136,84	- 14.413,30	13.971,77
Administrativos	- 8.084,95	- 14.062,91	- 12.856,89	18.981,34
Lavandaria	- 3.044,70	- 3.073,93	- 1.556,41	- 5.009,57
Total	- 32.999,79	- 68.910,23	5.774,65	82.162,09

Da análise dos resultados das respostas sociais importa destacar o seguinte:

- i. As respostas sociais de apoio à terceira idade apresentam uma tendência de redução dos resultados obtidos; Esta ficou a dever-se essencialmente à redução do número de utentes que a instituição mantida por quarto para cumprimento das normas (até 2014 tinha 5 ou 6 utentes por quarto quando a legislação apenas autoriza 3);
- ii. Os resultados das respostas sociais de apoio à criança espelham a diminuição do número de utentes, efeito da evolução demográfica dos últimos anos. Por exemplo, com uma capacidade total de 66 crianças, a creche não consegue preencher todas as vagas, tendo assim recursos subaproveitados. Estas valências são claramente as que mais penalizam os resultados da instituição;
- iii. As respostas sociais de apoio à deficiência mostram-se uma aposta ganha, tanto ao nível de apoio à população num tema sempre sensível como em termos de resultados;
- iv. Verificou-se uma redução do número de refeições servidas pela cantina social, o que levou a uma redução do protocolo, penalizando o seu impacto nos resultados;
- v. Nos gastos administrativos é possível verificar uma maior eficiência dos recursos.

2.3.2. Análise do equilíbrio financeiro

O Quadro 12 apresenta os balanços resumidos da entidade para o período em análise e as respetivas variações. Os balanços de acordo com o modelo formal são apresentados em anexo.

Quadro 12: Balanços da SCM de Tarouca, 2012-2015

RUBRICAS	2015			2014			2013			2012	
	€	%	Δ 15/14	€	%	Δ 14/13	€	%	Δ 13/12	€	%
ATIVO											
Ativo não corrente											
Ativos fixos tangíveis	2.821.843	86%	-3%	2.907.481	88%	0%	2.919.050	87%	0%	2.907.866	88%
Investimentos Financeiros	1.007	0%	0%	1.007	0%	0%	1.007	0%	0%	1.007	0%
Total do ativo não corrente	2.822.850	86%	-3%	2.908.489	88%	0%	2.920.058	87%	0%	2.908.873	88%
Ativo corrente											
Inventários	28.625	1%	28%	22.296	1%	10%	20.226	1%	-35%	30.955	1%
Clientes	231.661	7%	11%	208.511	6%	2%	204.205	6%	-18%	248.526	8%
Estado e outros entes públicos	4	0%	-100%	1.390	0%	-50%	2.776	0%	---	4	0%
Outras contas a receber	82.326	3%	-4%	86.085	3%	-44%	154.170	5%	53%	100.462	3%
Diferimentos	39.805	1%	---	43.299	1%	---	9.399	0%	---	9.045	0%
Caixa e depósitos bancários	62.710	2%	96%	32.004	1%	-17%	38.772	1%	219%	12.167	0%
Total do ativo corrente	445.130	14%	13%	393.586	12%	-8%	429.548	13%	7%	401.159	12%
Total do ativo	3.267.980	100%	-1%	3.302.075	100%	-1%	3.349.606	100%	1%	3.310.032	100%
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO											
Fundos patrimoniais											
Resultados transitados	1.068.498	33%	-6%	1.137.408	34%	1%	1.131.634	34%	8%	1.049.472	32%
Outras variações nos fundos patrimoniais	626.989	19%	-3%	648.830	20%	-1%	658.201	20%	-2%	672.927	20%
Resultado líquido do período	-33.000	-1%	-52%	-68.910	-2%	-1293%	5.775	0%	-93%	82.162	2%
Total dos fundos patrimoniais	1.662.487	51%	-3%	1.717.328	52%	-4%	1.795.609	54%	0%	1.804.561	55%
PASSIVO											
Passivo não corrente											
Financiamentos obtidos	1.031.308	32%	9%	948.187	29%	-4%	991.032	30%	7%	926.964	51%
Total do passivo não corrente	1.031.308	32%	9%	948.187	29%	-4%	991.032	30%	7%	926.964	51%
Passivo corrente											
Fornecedores	130.685	4%	-8%	141.688	4%	1%	140.532	4%	5%	133.826	4%
Estado e outros entes públicos	31.478	1%	8%	29.133	1%	11%	26.326	1%	6%	24.935	1%
Financiamentos obtidos	245.617	8%	-10%	272.735	8%	14%	238.553	7%	-7%	256.460	8%
Outras contas a pagar	166.405	5%	-14%	193.004	6%	23%	157.552	5%	-4%	163.287	5%
Total do passivo corrente	574.184	18%	-10%	636.560	19%	13%	562.964	17%	-3%	578.508	17%
Total do passivo	1.605.493	49%	1%	1.584.747	48%	2%	1.553.996	46%	3%	1.505.472	45%
Total dos fundos patrimoniais e do passivo	3.267.980	100%	-1%	3.302.075	100%	-1%	3.349.606	100%	1%	3.310.032	100%

No Quadro 13 apresentamos os balanços patrimoniais para o período em análise. Para a sua elaboração apenas se corrigiu o valor respeitante aos gastos a reconhecer.

Quadro 13: Balanços patrimoniais da SCM de Tarouca, 2012-2015

RUBRICAS	2015			2014			2013			2012	
	€	%	Δ 15/14	€	%	Δ 14/13	€	%	Δ 13/12	€	%
APLICAÇÕES DE FUNDOS											
Ativo fixo											
Ativos fixos tangíveis	2.821.843	87%	-3%	2.907.481	89%	0%	2.919.050	87%	0%	2.907.866	88%
Investimentos Financeiros	1.007	0%	0%	1.007	0%	0%	1.007	0%	0%	1.007	0%
Total do ativo fixo	2.822.850	87%	-3%	2.908.489	89%	0%	2.920.058	87%	0%	2.908.873	88%
Ativo circulante											
Inventários	28.625	1%	28%	22.296	1%	10%	20.226	1%	-35%	30.955	1%
Realizável a curto prazo	313.990	10%	6%	295.987	9%	-18%	361.151	11%	3%	348.992	11%
Meios financeiros líquidos	62.710	2%	96%	32.004	1%	-17%	38.772	1%	219%	12.167	0%
Total do ativo circulante	405.325	13%	16%	350.287	11%	-17%	420.149	13%	7%	392.114	12%
Total das aplicações	3.228.175	100%	-1%	3.258.776	100%	-2%	3.340.207	100%	1%	3.300.987	100%
ORIGENS DE FUNDOS											
Capitais Permanentes											
Fundos patrimoniais											
Fundos patrimoniais contabilísticos	1.662.487	51%	-3%	1.717.328	53%	-4%	1.795.609	54%	0%	1.804.561	55%
Correções ao balanço contabilístico	-39.805	-1%	-8%	-43.299	-1%	361%	-9.399	0%	4%	-9.045	0%
Total dos fundos patrimoniais	1.622.683	50%	-3%	1.674.029	51%	-6%	1.786.210	53%	-1%	1.795.515	54%
Passivo de médio e longo prazo											
Financiamentos obtidos	1.031.308	32%	9%	948.187	29%	-4%	991.032	30%	7%	926.964	28%
Total do passivo de médio e longo prazo	1.031.308	32%	9%	948.187	29%	-4%	991.032	30%	7%	926.964	28%
Total do capital permanente	2.653.991			2.622.216			2.777.242			2.722.479	
Passivo de curto prazo											
Fornecedores	130.685	4%	-8%	141.688	4%	1%	140.532	4%	5%	133.826	4%
Estado e outros entes públicos	31.478	1%	8%	29.133	1%	11%	26.326	1%	6%	24.935	1%
Financiamentos obtidos	245.617	8%	-10%	272.735	8%	14%	238.553	7%	-7%	256.460	8%
Outras contas a pagar	166.405	5%	-14%	193.004	6%	23%	157.552	5%	-4%	163.287	5%
Total do passivo de curto prazo	574.184	18%	-10%	636.560	19%	13%	562.964	17%	-3%	578.508	19%
Total do passivo	1.605.493	50%	1%	1.584.747	48%	2%	1.553.996	46%	3%	1.505.472	47%
Total dos fundos patrimoniais e do passivo	3.228.175	100%	-1%	3.258.776	100%	-2%	3.340.207	100%	1%	3.300.987	100%
Fundo de Maneio	-168.859			-286.273			-142.816			-186.394	

2.3.2.1. Análise da liquidez (equilíbrio financeiro de curto prazo)

De seguida apresentamos os indicadores de liquidez.

Quadro 14: Indicadores de liquidez da SCM de Tarouca, 2012-2015

	Entidade	Setor	Entidade	Setor	Entidade	Setor	Entidade	Setor
Indicadores de liquidez	2015		2014		2013		2012	
Fundo de Maneio	- 168.859	- 17.631	- 286.273	59.800	- 142.816	110.362	- 186.394	53.421
Liquidez geral	0,71	0,98	0,55	1,08	0,75	1,16	0,68	1,07
Liquidez reduzida	0,66	0,95	0,52	1,05	0,71	1,12	0,62	1,03
Liquidez imediata	0,11	0,50	0,05	0,61	0,07	0,61	0,02	0,45
Prazo médio recebimento (dias)	56	24	54	27	54	22	63	34
Prazo médio de armazenamento (dias)	28	21	22	24	21	27	34	32
Prazo médio de pagamento (dias)	52	73	57	69	57	62	53	96
Reserva Primária	66	108	60	109	74	107	71	112
Cobertura dos encargos financeiros	4,1	7,9	2,4	5,4	3,9	6,4	4,3	5,3
Cobertura do serviço da dívida	0,6	1,0	0,5	0,6	0,7	1,1	0,9	1,0

Em todo o período de análise, o indicador de liquidez geral mostra-se inferior à unidade, tal como seria de esperar visto o fundo de maneio ser negativo. Para além disso, os valores encontram-se bastante aquém do valor médio encontrado nas entidades consideradas para analisar o setor. Apesar disso não nos parecem valores tão baixos que revelem sérias dificuldades de tesouraria, que poderiam, em caso extremo, colocar em causa a manutenção da atividade.

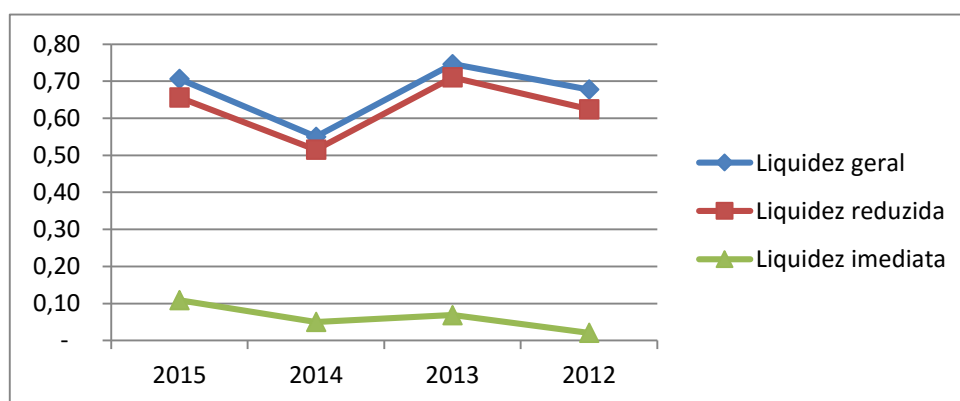


Figura 6: Evolução dos indicadores de liquidez da SCM de Tarouca, 2012-2015

Da análise da Figura 6 podemos verificar que:

- a liquidez reduzida e a liquidez geral apresentam um comportamento muito semelhante ao longo do período e com valores muito próximos, o que revela a manutenção de um nível de inventários estável e sem grande importância relativa;
- a evolução destas duas rubricas tem sido instável, ou seja, não se denota nenhuma tendência crescente ou decrescente, apresentando um valor mais baixo em 2011;

esta situação pode originar dificuldades adicionais a uma boa gestão de tesouraria dada a imprevisibilidade de comportamento de algumas rubricas;

- iii. por sua vez, os níveis de liquidez imediata mostram uma tendência crescente apesar de se encontrarem bastantes afastados dos níveis médios encontrados em outras IPSS.

Da análise das rubricas do balanço que afetam os níveis de liquidez geral, verificamos que o decréscimo verificado em 2014 parece ser circunstancial derivado da conjugação de diferentes fatores: um atraso no pagamento de uma dívida por parte da Segurança Social (foi liquidada com algum atraso em 2015 e não se voltou a verificar atrasos); um passivo corrente pontual em aberto no final do ano devido à aquisição de ativos não correntes; aumento da utilização de contas correntes caucionadas por motivos de manutenção da atividade apesar do atraso no recebimento da Segurança Social.

Por este motivo, acreditamos que os níveis de liquidez “normais” da entidade são os verificados nos anos 2013 e 2015, os quais se encontram próximos da unidade. Estes indicadores denotam a constante necessidade da entidade de socorrer de financiamentos bancários de curto prazo. Efetivamente a SCM de Tarouca mantém um nível de financiamento bancário de curto prazo elevado e constante, nomeadamente através de contas correntes caucionadas, contratos de factoring e de descobertos bancários. Como veremos, esta desequilibrada situação de tesouraria pode ser resultado de más políticas financeiras de exploração e de uma incapacidade de gerar excedentes financeiros a velocidade suficiente para liquidar os passivos de financiamento.

Ao nível dos indicadores de atividades, a Figura 7 mostra alguma estabilidade. O prazo médio de recebimento estabilizou à volta dos 55 dias assim como o prazo médio de pagamento a fornecedores. Os prazos de armazenamento rondam os vinte e trinta dias em consonância com os prazos apresentados pela média do setor. No entanto, ao nível da tesouraria cremos que a SCM de Tarouca poderá procurar otimizar os fluxos de exploração. Veja-se que o setor revela recebimentos mais atempados com uma diferença de cerca de 30 dias. Ou seja, os utentes da SCM e Tarouca pagam em média a 2 meses enquanto as outras IPSS conseguem receber os serviços prestados com um atraso de apenas um mês. No entanto, a IPSS em análise liquida os seus créditos a fornecedores de uma forma mais atempada que a média do setor.

A IPSS deverá procurar minimizar o prazo médio de recebimento de forma a reduzir o nível de utilização do financiamento bancário de curto prazo (contas correntes e factoring) os quais rondam os € 200.000. Esta alteração levaria ainda a um aumento dos níveis de rendibilidade devido à consequente redução dos encargos financeiros suportados.

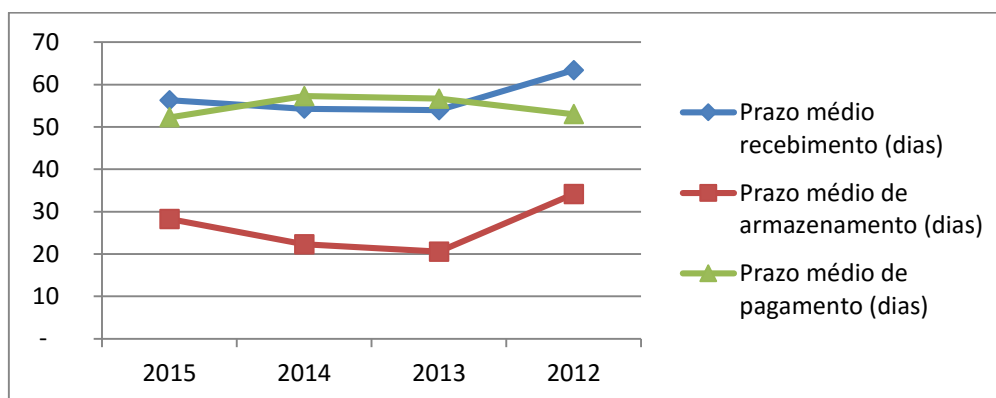


Figura 7: Evolução dos indicadores de atividade da SCM de Tarouca, 2012-2015

Os restantes indicadores do Quadro 14 revelam-se mais uma vez aquém dos setor. Os níveis de reserva primária mostram a capacidade de financiamento das despesas operacionais através de meios líquidos disponíveis à data por cerca de 60 dias, o que equivale a cerca de metade do evidenciado pelo setor. Os indicadores de cobertura revelam capacidade dos excedentes financeiros brutos totais para o cumprimento dos encargos financeiros mas não da totalidade do serviço da dívida. A evolução negativa verificada em 2014 foi consequência da redução dos excedentes e simultâneo aumento dos encargos tal como já verificado.

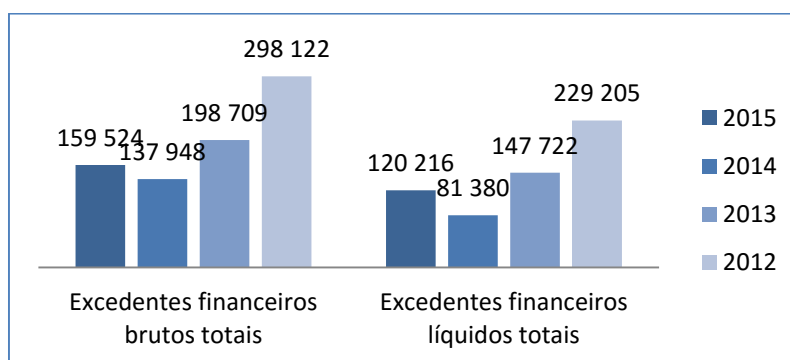


Figura 8: Evolução dos excedentes financeiros da SCM de Tarouca, 2012-2015

Tal como já referido, os fluxos de caixa fornecem informação que se reveste de grande utilidade, na medida em que permitem melhorar o conhecimento das variações ocorridas

na estrutura financeira e da capacidade da empresa para fazer face aos seus compromissos no futuro.

Quadro 15: Resumo da Demonstração de Fluxos de Caixa da SCM de Tarouca, 2012-2015

Rubricas da Demonstração de Fluxos de Caixa	2015	2014	2013	2012
	€	€	€	€
Fluxos de caixa das atividades operacionais	114.957	130.428	173.906	-440.734
Fluxos de caixa das atividades de investimento	-100.924	-71.934	-142.545	30.069
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	16.673	-65.263	-4.756	404.964
Varição de caixa	30.706	-6.768	26.605	-5.702
Caixa e equivalentes final	62.710	32.004	38.772	12.167

O Quadro 15 exhibe um valor total de 2015 superior ao somatório dos dois anos anteriores. Esta variação deve-se essencialmente a uma inversão dos fluxos de financiamento, que revelaram um fluxo positivo, ou seja, no ano de 2015 a entidade aumentou os seus níveis de financiamento.

Os fluxos de caixa das atividades operacionais são, tal como esperado, a rubrica com maior peso, apresentando saldo positivo desde 2013, mas com tendência decrescente. Os fluxos de caixa das atividades de investimento nos últimos anos denotam uma preocupação constante de investimento da IPSS.

2.3.2.2. Solvabilidade

Os indicadores de solvabilidade de médio e longo prazo são apresentados no Quadro 16, procurando mostrar a estrutura de capital da entidade.

Quadro 16: Indicadores de solvabilidade da SCM de Tarouca, 2012-2015

Indicadores de solvabilidade	Entidade		Setor		Entidade		Setor		Entidade		Setor		Entidade		Setor	
	2015		2014		2013		2012		2011		2010		2009		2008	
Fundo de Maneio	- 168.859	- 17.631	- 286.273	59.800	- 142.816	110.362	- 186.394	53.421	- 186.394	53.421	- 186.394	53.421	- 186.394	53.421	- 186.394	53.421
Autonomia financeira	50%	73%	51%	71%	53%	65%	54%	60%	54%	60%	54%	60%	54%	60%	54%	60%
Solvabilidade	1,01	2,68	1,06	2,50	1,15	1,90	1,19	1,53	1,19	1,53	1,19	1,53	1,19	1,53	1,19	1,53
Debt Ratio (com base no passivo total)	0,99	0,37	0,95	0,40	0,87	0,53	0,84	0,65	0,84	0,65	0,84	0,65	0,84	0,65	0,84	0,65
Debt Ratio (com base no passivo mlp)	0,64	0,18	0,57	0,23	0,55	0,31	0,52	0,38	0,52	0,38	0,52	0,38	0,52	0,38	0,52	0,38
Debt Ratio (com base nos emp. bancários)	0,79	0,22	0,73	0,28	0,69	0,43	0,66	0,54	0,66	0,54	0,66	0,54	0,66	0,54	0,66	0,54
Estrutura do endividamento	36%	51%	40%	44%	36%	40%	38%	42%	38%	42%	38%	42%	38%	42%	38%	42%
Rendibilidade dos fundos patrimoniais	-2,0%	0,2%	-4,1%	-1,8%	0,3%	-0,1%	4,6%	-1,1%	4,6%	-1,1%	4,6%	-1,1%	4,6%	-1,1%	4,6%	-1,1%
Prazo de recuperação da dívida	10,6	5,5	15,0	11,2	8,3	8,4	5,2	10,0	5,2	10,0	5,2	10,0	5,2	10,0	5,2	10,0

A autonomia financeira apresenta, em todo o período de análise, uma tendência decrescente com um valor a rondar os 50%, o qual se revela muito abaixo da média do

setor que chega a valores acima do 70%. Também os indicadores de solvabilidade e o *debt ratio* atestam uma estrutura de capital mais endividada do que a média do setor.

Este nível de endividamento elevado não é uma situação muito comum em IPSS. No caso da SCM de Tarouca é justificada pelo forte investimento em ativos fixos que a instituição levou a cabo na última década (nomeadamente com a abertura do ERPI e da UCC) para o qual necessitou de se socorrer a fundos alheios. Pese embora este financiamento mais antigo (e a longo prazo) ter vindo a ser amortizado, em 2015 a instituição procurou resolver a sua deficiente gestão de tesouraria através da consolidação de parte do passivo financeiro através do Fundo de Reestruturação da Segurança Social. Assim, parte dos montantes utilizados sob a forma de contratos de curto prazo foram renegociados para um plano de pagamento de médio e longo prazo. Este evento implicou uma diminuição no indicador de estrutura do endividamento.

Importa no entanto realçar a esta pequena consolidação do passivo de curto prazo só resultará em melhores condições de solvabilidade e liquidez no futuro se a SCM de Tarouca se mostrar capaz de reverter os fracos níveis de rendibilidade que tem vindo a demonstrar. A evolução dos indicadores de rendibilidade dos fundos patrimoniais (que procura analisar a capacidade de crescimento dos fundos através dos resultados obtidos) e do período de recuperação da dívida apontam exatamente para esse problema.

2.3.2.3. Balanço funcional

O Quadro 17 apresenta o património da SCM de Tarouca sob a forma do balanço funcional. No final do mesmo são sintetizados os principais indicadores: fundo de maneo funcional, necessidades de fundo de maneo e tesouraria líquida.

Quadro 17: Balanço Funcional da SCM de Tarouca, 2012-2015

RUBRICAS	2015	2014	2013	2012
	€	€	€	€
APLICAÇÕES DE FUNDOS				
Aplicações Fixas Líquidas				
Ativos fixos tangíveis	2.821.843	2.907.481	2.919.050	2.907.866
Investimentos Financeiros	1.007	1.007	1.007	1.007
Subtotal	2.822.850	2.908.489	2.920.058	2.908.873
Necessidades cíclicas				
"saldo normal" de Inventários	28.625	22.296	20.226	30.955
"saldo normal" de clientes	231.661	208.511	204.205	248.526
"saldo normal" de outros devedores	10.681	10.062	10.810	3.145
Subtotal	270.967	240.870	235.241	282.626
Tesouraria ativa				
Outras contas a receber	71.645	76.023	143.360	97.317
Estado e outros entes públicos	4	1.390	2.776	4
Meios financeiros líquidos	62.710	32.004	38.772	12.167
Subtotal	134.358	109.417	184.908	109.488
Total das aplicações	3.228.175	3.258.776	3.340.207	3.300.987
ORIGENS DE FUNDOS				
Recursos Estáveis				
Fundos patrimoniais	1.622.683	1.674.029	1.786.210	1.795.515
Financiamentos obtidos médio/longo prazo	1.031.308	948.187	991.032	926.964
Financiamentos estáveis (curto prazo)	70.000	210.500	189.500	147.000
Subtotal	2.723.991	2.832.716	2.966.742	2.869.479
Recursos Cíclicos				
Fornecedores	130.685	141.688	140.532	133.826
Estado e outros entes públicos	31.478	29.133	26.326	24.935
Credores por acréscimo de gastos	161.130	147.298	154.194	147.613
Subtotal	323.292	318.119	321.053	306.374
Tesouraria passiva				
Financiamentos obtidos	175.617	62.235	49.053	109.460
Outras contas a pagar	5.275	45.706	3.358	15.674
Subtotal	180.892	107.941	52.411	125.134
Total das origens de fundos	3.228.175	3.258.776	3.340.207	3.300.987
Fundo de Maneio	-98.859	-75.773	46.685	-39.394
Necessidades de Fundo de Maneio	-52.326	-77.249	-85.812	-23.748
Tesouraria Líquida	-46.534	1.476	132.497	-15.646

Note-se que o valor apresentado de fundo de maior numa ótica funcional diverge do anteriormente apresentado na ótica patrimonial. O motivo deve-se à consideração dos financiamentos bancários de curto prazo mas com “carácter de permanência na entidade” como recursos estáveis em vez de capitais circulantes.

O montante de fundo de maneo revela que os recursos estáveis são insuficientes para o financiamento dos ativos fixos da entidade. Apenas se apresentaram positivos no ano de 2013 devido a um aumento dos financiamentos obtidos. No entanto, devido à sua amortização parcial e ao nível negativo de resultados, os recursos estáveis têm vindo a diminuir a uma velocidade superior à diminuição de valor dos ativos fixos. Isto porque a instituição em análise mantém um ritmo anual de investimento em ativos fixos que quase anula por completo a depreciação dos mesmos, mantendo assim uma perda de valor de balanço muito pequena.

Contudo, note-se que na IPSS em estudo, assim como na média do setor, as necessidades de fundo de maneo caracterizam-se por não serem efetivamente necessidades de financiamento, mas antes origens de fundos. Isto significa que o crédito cíclico de fornecedores, pessoal (acrécimo das remunerações a liquidar) e Estado é superior ao investimento necessário em inventários e crédito dos utentes. Esta diferença tem, porém, vindo a atenuar-se (2013 a 2015) pelo aumento do volume de negócios.

A composição da tesouraria líquida em 2015 apresenta uma situação de desequilíbrio financeiro com elevado risco, caracterizado essencialmente pela inexistência de margem de segurança (fundo de maneo negativo) e uma tesouraria deficitária.

II.4. Conclusões e recomendações

A análise financeira efetuada à SCM de Tarouca teve por base os dados financeiros de 2012 a 2015. No entanto, alguns dos indicadores calculados permitem evidenciar algumas alterações que parecem advir essencialmente de alterações contabilísticas ou de relato. Note-se que o ano de 2012 foi o primeiro ano de aplicação do SNC-ESNL o que pode ter originado alterações substanciais na informação financeira disponibilizada. Assim iremos focar esta síntese apenas na evolução dos indicadores no período 2013-2015.

A SCM de Tarouca tem vindo a piorar tanto os indicadores de rendibilidade como de equilíbrio financeiro.

Apesar de um maior volume de negócios, o nível de gastos tem vindo a aumentar a um ritmo superior, o que leva a que instituição não consiga gerar resultados líquidos positivos e níveis de rendibilidade adequados para um crescimento sustentado dos fundos patrimoniais.

A rubrica com maior peso na estrutura de gastos são os gastos com pessoal. Efetivamente o órgão de gestão no seu relatório anual divulga desde 2014 uma política de recrutamento de mais funcionários qualificados e, simultaneamente, de manutenção de contratação de pessoal junto do IEFP (com recurso a apoio da entidade). Esta política atualmente “custa” à instituição 55% do total dos seus rendimentos.

Ao nível do equilíbrio financeiro e da estrutura financeira, deparamo-nos com uma IPSS com nível elevados de endividamento, escassos recursos estáveis atendendo às

necessidades e uma política de constante investimento em ativos fixos. A combinação destes fatores (logo fundo de maneo negativo) com níveis de rendibilidade baixos ou negativos, leva a uma situação de desequilíbrio grave e com fortes impactos na gestão de tesouraria.

De facto, apesar das necessidades de fundo de maneo serem negativas, a IPSS revela uma constante necessidade de financiar ruturas de tesouraria através de descobertos bancários, contratos de factoring (apesar de manter um prazo de recebimento de 55 dias) e contas correntes caucionadas. Este nível de endividamento de curto prazo leva por sua vez a um elevado gasto com juros suportados, penalizando assim a rendibilidade.

Verifica-se assim a necessidade de implementação/manutenção de medidas que conduzam à obtenção sistemática de rendibilidades positivas e que permitam manter um nível desejado de diversificação das fontes de financiamento.

De uma forma sumária, e com base em estudos anteriormente realizados (por exemplo, Sousa *et al.*, 2012, Andrade e Franco, 2007), parece ser possível enunciar algumas sugestões para a melhoria da sustentabilidade económico-financeira da entidade em análise, adaptável a todas as IPSS:

- a. Ao nível de topo, procurar que os órgãos de gestão sejam apoiados por quadros devidamente qualificados, de forma a profissionalizar a gestão;
- b. Diversificar as fontes de financiamento (oferta de novos serviços, aumento da escala dos serviços existentes a utentes menos carenciados, aumentar o montante das doações), por forma a evitar ruturas resultantes de quebras de transferências públicas;
- c. Contratualizar parcerias com:
 - i. Escolas superiores, de forma a conseguir angariar voluntariado especializado (nomeadamente grupos de alunos e professores) para apoio em áreas ainda pouco exploradas como, por exemplo, marketing social;
 - ii. Fornecedores, procurando patrocínios ou o fornecimento de bens e serviços mais económicos em troca de publicidade junto de utentes e familiares;
 - iii. Outras IPSS, com objetivo de formação de redes para explorar economias de escala, por exemplo, através de centrais de compras ou mesmo da criação de um marca solidária comum;

- d. Apostar fortemente nas tecnologias de informação, quer para apoio da gestão, quer para aumentar o fluxo de comunicação com os diferentes *stakeholders*;
- e. Empenharem-se em algumas das estratégias de diversificação das fontes de receitas, tais como:
 - i. Rentabilização do património tanto imóvel como móvel - Uma forma de rentabilização é através do arrendamento de bens imóveis (prédios, casas, lojas,...) ou do aluguer de bens móveis (viaturas, equipamento médico,...). Outra forma de rentabilização é através da cedência para exploração recebendo em retorno dinheiro, bens ou serviços. Um exemplo é a cedência de terrenos agrícolas para cultivo por outros recebendo em retorno produtos agrícolas;
- f. A redução de custos e o aumento da eficiência na utilização dos recursos existentes têm que ser igualmente prosseguidas de modo a assegurar a subsistência económica e financeira das instituições. Por exemplo:
 - i. Criação de uma central de compras ou até mesmo ter um protocolo com a mesma, e assim, poder conseguir preços mais baixos tanto de bens como de serviços;
 - ii. Aproveitar equipamentos, instalações físicas, e meios humanos especializados que muitas das vezes são subaproveitados.

Conclusões

No atual contexto socioeconómico verifica-se que o sector não lucrativo tem vindo a ter um aumento, tanto a nível de entidades como de peso na economia portuguesa. As IPSS assumem-se com um propósito manifestamente diferenciado do setor lucrativo. Nas diferentes valências em que exercem as suas atividades, é notória e relevante a sua ação na comunidade.

No entanto, Sousa *et al.* (2012) realçam a existência de várias problemáticas com que as IPSS atualmente se deparam, designadamente a sua sustentabilidade económico-financeira, "assunto especialmente premente num contexto de redução da componente de financiamentos públicos". A conclusão principal aponta para que "a sustentabilidade financeira a prazo e até mesmo a sobrevivência de muitas das IPSS passa em larga medida por estas serem capazes de encontrarem a combinação de estratégias de redução de custos e de aumento das receitas próprias que lhes permita atingir o equilíbrio económico-financeiro num quadro de quebra das transferências públicas".

Para que um analista possa realizar um juízo sobre a situação económico-financeira, torna-se necessário recorrer a um conjunto de indicadores. Embora estes possam assumir diversas formas, os mais “populares” são, aqueles que assumem a forma de rácios. Um rácio não é mais do que o quociente entre duas grandezas geralmente extraídas diretamente da informação contabilística da entidade.

A construção e interpretação de rácios e indicadores é a técnica de análise financeira mais comum, na medida em que permite a obtenção de informação relevante e complementar àquela que resulta da simples leitura dos valores absolutos constantes das demonstrações financeiras.

Procurou-se com este trabalho mostrar a aplicabilidade desta técnica de análise a instituições com características particulares – as IPSS. A importância relativa que as IPSS apresentam na economia social, e os condicionalismos conjunturais que atualmente sofrem, leva a que a análise da sua sustentabilidade económico-financeira seja um tema de relevo.

Como discutido no caso apresentado, a análise financeira das IPSS através de rácios pode ajudar a trazer à luz do dia os aspetos mais problemáticos da entidade e denunciar

tendências negativas que devem ser invertidas. Este tipo de análise mostra-se, assim, de importante utilidade, não só para o auditor mas também para o órgão de gestão.

Ao realizar uma análise financeira como esta, teremos, no entanto, que nos lembrar que apesar dos números dizerem muito sobre a situação financeira de uma entidade, também têm as suas limitações. Nenhuma análise é adequada e completa sem uma clara compreensão do contexto em que a entidade em observação se insere. Não existe um modelo de negócio ou balanço “correto”, que não seja aquele que contribui para a capacidade de uma organização gerir o inesperado, adaptar-se à evolução das circunstâncias e perseguir os imperativos da sua missão. Ainda assim, estes indicadores são um ponto de partida muito útil.

Bibliografia

Abraham, A. (2006) “Financial management in the nonprofit sector: A mission-based approach to ratio analysis in membership organizations”. *The Journal of American Academy of Business*, 9, 2, pp. 212-217.

Alves, A. A. e Moreira, J. M. (2004). “Cidadania Digital e Democratização Electrónica”. Principia.

Assembleia da República. Lei n.º 151/1999, de 14 de setembro, Diário da República Série I n.º 215, 6295.

Assembleia da República. Lei n.º 24/2012, de 9 de julho, Diário da República Série I n.º 131, 3550-3564.

Assembleia da República. Lei n.º 30/2013, de 8 de maio, Diário da República Série I n.º 88 2727-2728.

Assembleia da República. Lei n.º 4/2007, de 16 de janeiro, Diário da República Série I n.º 11, 345-356.

Bowman, W. (2011) “Financial Capacity and Sustainability of Ordinary Nonprofits”. *Nonprofit Management & Leadership*, 22, 1, pp. 37-51.

Canotilho, J.; Moreira, V. (2007) *Constituição da República Portuguesa anotada*, 4ª ed., Coimbra Editora, Coimbra, 2007.

Carvalho, J. (2005) *Organizações não lucrativas - aprendizagem organizacional, orientação de mercado, planeamento estratégico e desempenho*. Lisboa: Sílabo, Edições.

Chabotar, K. (1989) “Financial ratio analysis comes to nonprofits”. *The journal of higher Education*, Mar, 60, 2, pp. 188-208.

Charity Commission (2010) *Charities and Risk Management*. Acessível em https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/398925/CC26_LowInk.pdf [Consultado em 18 de novembro 2015].

Chikoto, G.; Neely, D. (2014) “Building nonprofit financial capacity: the impact of revenue concentration and overhead costs”. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, 43, 3, pp. 570-588.

Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (2014) *Impactes Económico e Social das IPSS*. Acessível em http://novo.cnis.pt/Cnis_Impactes_RFinal_revisto.pdf [Consultado em 18 de novembro 2015].

Conselho Económico e Social. (2013) *Parecer de Iniciativa sobre as consequências económicas, sociais e organizacionais decorrentes do envelhecimento da população*. Acessível em http://www.ces.pt/download/1359/FINAL_completa%20com%20ESTUDO.pdf [Consultado em 18 de novembro 2015].

- Ebrahim, A. (2005) “Accountability Myopia: Losing Sight of Organizational Learning”. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, 34, pp. 56-87.
- Farinha, J. (1995) *Análise de Rácios Financeiros – Uma Perspectiva Crítica*. Lisboa, Edições ASA.
- Fernandes, C.; Peguinho, C.; Vieira, E.; Neiva, J. (2012) *Análise Financeira – Teoria e Prática*. Lisboa, Edições Sílabo.
- Ferreira, A.; Cruz, S.; Azevedo, G. (2012 (b)) Evolução do normativo contabilístico para entidades do setor não lucrativo na península ibérica. *Estudos do ISCA*, Série IV nº 4, pp 1-12.
- Ferreira, A.; Cruz, S.; Azevedo, G. (2012(a)) Estrutura conceptual para as entidades do setor não lucrativo de Portugal e de Espanha. *Revista Portuguesa de Contabilidade*, Vol. II, nº 6, pp. 1-18.
- Fiscal – Códigos Tributários e Legislação Conexa* (2015) Porto Editora.
- Flores, M. (2011) *Grande Entrevista: O Estado Português devia erguer uma estátua à IPSS*. Acessível em <http://www.solidariedade.pt/site/detalhe/4599> [Consultado em 18 de novembro 2015].
- Francisco, L.; Alves, M. (2010) *A necessidade de informação dos stakeholders das organizações sem fins lucrativos: uma responsabilidade, um desafio a vencer e a busca de soluções*. Comunicação do XI Encontro da AECA. Acessível em http://www.aeca1.org/pub/on_line/comunicaciones_xivencuentroaeca/cd/19j.pdf [Consultado em 18 de novembro 2015].
- Franco, R.; Sokolowski, S.; Hairel, ; Salamon, L. (2005) *O Sector Não Lucrativo Português Numa Perspectiva Comparada*. John Hopkins University.
- Helmig, B.; Jegers, M.; Lapsley, I. (2004) Challenges in Managing Nonprofit Organizations: A Research Overview. *International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, 15(2), pp. 101-116.
- Imeton, L. (2008) *A Contribuição da contabilidade ao processo de gestão de uma organização do terceiro setor*. Dissertação de Mestrado em Contabilidade na Universidade Federal de Santa Catarina.
- Instituto Nacional de Estatística; Cooperativa António Sérgio para a Economia Social. *Conta Satélite da Economia Social 2010*. Acessível em <https://www.dgs.pt/saude-no-ciclo-de-vida/envelhecimento-activo/economia-social/conta-satelite-da-economia-social-edicao-2013.aspx> [Consultado em 16 de novembro 2015].
- Kaplan, R. (2001) “Strategic Performance Measurement and Management”. *Nonprofit Management & Leadership*, 11 (3), pp. 353-370.
- Kaplan, R.; Norton, D. (1997) *A estratégia em acção: Balanced Scorecard*. Elsevier. Rio de Janeiro. Boston, MA: Harvard Business SchoolPress.
- Keating, E.; Frumkin, P. (2001) *How to assess nonprofit financial performance*. Hauser Center for nonprofit organizations, Harvard University.

Lopes, S. (2015). XI Congresso Nacional das Misericórdias. Acessível em http://www.scml.pt/pt-PT/provedor/xi_congresso_nacional_das_misericordias/ [Consultado em 29 dezembro 2015].

Melo, M. (2011) “Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) Art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 36/A – 2011, de 9 de março. Particularidades Fiscais”. *Revisores & Auditores*, 59, pp.52-55.

Ministério da Solidariedade e Segurança Social. Decreto-Lei n.º 64/2013, de 13 de maio, Diário da República Série I n.º 91, 2863-2864.

Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social. *Carta Social – Rede de Serviços e Equipamentos 2014*. Acessível em <http://www.cartasocial.pt/pdf/csosocial2014.pdf> [Consultado em 18 de novembro 2015].

Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social. Decreto-lei n.º 172-A/2014, de 14 de novembro, Diário da República Série I n.º 221, 5882(2-26).

Ministério das Finanças e da Administração Pública. Decreto-lei n.º 158/2009, de 13 de setembro, Diário da República Série I n.º 133, 4375-4384.

Ministério das Finanças e da Administração Pública. Decreto-lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, Diário da República Série I n.º 48, 1344 (2-11).

Ministério das Finanças. Decreto-lei n.º 98/2015, de 9 de junho, Diário da República Série I n.º 106, 3470-3493.

Ministério Das Obras Públicas, Transportes e Comunicações. Decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, Diário da República Série I n.º 20, 753-852.

Ministério dos Assuntos Sociais, Decreto-lei n.º 119/83, de 25 de fevereiro, Diário da República Série I n.º 46, 643-656.

Nabais, C.; Nabais, F. (2011) *Prática Financeira I - Análise Económica e Financeira*. Lisboa. Lidel - Edições Técnicas.

Neves, J. (2010) *O Desempenho nas Organizações sem fins lucrativos*. Disponível em <http://www.ismai.pt/NR/rdonlyres/ODesempenhonasOrgani548ewwpbdemdeqhfasm dqksyxgzgwkshtlj.pdf> [Consultado em 18 de novembro 2015].

Neves, J. (2012). *Análise e Relato Financeiro - Uma visão integrada de gestão*. 5ª Ed. Alfragide: Texto Editora.

Omar, N.; Arshad, R.; Razali, W. (2013) “Assessment of risk using financial ratios in non-profit organizations”. *Journal of Energy Technologies and Policies*, 3, 11, pp. 382-389.

Prentice, C. (2016) “Why so many measures of nonprofit financial performance? Analyzing and improving the use of financial measures in nonprofit research”. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, 45, pp 888-909.

Ritchie, W.; Kolodinsky, R. (2003) “Nonprofit organization financial performance measurement – An evaluation of new and existing financial performance measures”. *Nonprofit Management & Leadership*, 13, 4, pp. 367-381.

Ryan, C.; Irvine H. (2012) “Not-for-profits ratios for financial resilience and internal accountability: a study of Australian international Aid organizations”. *Australian Accounting Review*, 22 (2), 61, pp. 177-194.

Salamon, L.; Anheier, H. (1997) *Defining the nonprofit sector. A cross-national analysis*. Manchester University Press Oxford Road.

Santos, J.; Raimundo, J.; Lima, R. (2012) Entidades do setor não lucrativo (NCRF-ESNL e fiscalidade), *Manual de formação da OTOC*.

Serens, M. (2015) *Código das Sociedades Comerciais*. Lisboa: Almedina.

Soares, C.; Fialho, J.; Chau, F.; Gageiro, J.; Pestana, H. (2012) *A Economia Social e a sua Sustentabilidade como Fator de Inclusão Social*. Acessível em [http://www.poatfse.qren.pt /upload/docs/Diversos/ESTUDOS/Relatorio%20Final.pdf](http://www.poatfse.qren.pt/upload/docs/Diversos/ESTUDOS/Relatorio%20Final.pdf). [Consultado em 19 de janeiro 2016].

Sousa, S. *et al.* (2012) *As Instituições Particulares de Solidariedade Social num contexto de Crise Económica*. Lisboa: IPI - Consulting Network Portugal, CNIS e Fundação Millenium BCP.

Tavares, J., Almeida, E. (coord.) (2015) *Colectânea de legislação do tribunal de contas*. Tribunal de Contas. Acessível em <http://www.tcontas.pt/pt/apresenta/legislacao/LOPTC.pdf> [Consultado em 10 de março 2016].

União das Misericórdias Portuguesas. *Relatório de Atividades e Contas de 2014*. Acessível em <http://www.ump.pt/files/flipbooks/Relatorio%20de%20Atividade%20de%20Contas%202014/index.html#104/z> [Consultado em 30 de novembro 2015].

Young, D. (2006) *How Nonprofit Organizations Manage Risk*. USA: Georgia State University, Andrew Young School of Policy Studies.

Zietlow, J.; Hankin, J.; Seidner. A. (2007) *Financial Management for Nonprofit Organizations: Policies and Practices*. Hoboken, NJ : Wiley.

Anexos

Anexo 1

Balanços da SCM de Tarouca no período 2012-2015

RUBRICAS	DATAS			
	31-12-2015	31-12-2014	31-12-2013	31-12-2012
ATIVO				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	2.821.842,73	2.907.481,33	2.919.050,34	2.907.865,73
Investimentos Financeiros	1.007,48	1.007,48	1.007,48	1.007,48
	2.822.850,21	2.908.488,81	2.920.057,82	2.908.873,21
Ativo corrente				
Inventários	28.625,08	22.296,39	20.225,96	30.954,67
Clientes	231.660,60	208.511,40	204.204,58	248.526,32
Estado e outros entes públicos	3,71	1.389,83	2.775,95	3,71
Outras contas a receber	82.325,72	86.085,38	154.170,07	100.462,36
Diferimentos	39.804,57	43.299,08	9.399,03	9.045,10
Caixa e depósitos bancários	62.709,90	32.003,87	38.772,15	12.167,07
Sub Total	445.129,58	393.585,95	429.547,74	401.159,23
Total do ativo	3.267.979,79	3.302.074,76	3.349.605,56	3.310.032,44
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO				
Fundos Patrimoniais				
Resultados transitados	1.068.498,19	1.137.408,42	1.131.633,77	1.049.471,68
Outras variações nos fundos patrimoniais	626.988,86	648.830,02	658.200,68	672.926,73
	1.695.487,05	1.786.238,44	1.789.834,45	1.722.398,41
Resultado líquido do período	(32.999,79)	(68.910,23)	5.774,65	82.162,09
Total do Fundo de Capital	1.662.487,26	1.717.328,21	1.795.609,10	1.804.560,50
Passivo				
Passivo não corrente				
Financiamentos obtidos	1.031.308,30	948.186,87	991.032,25	926.964,05
	1.031.308,30	948.186,87	991.032,25	926.964,05
Passivo corrente				
Fornecedores	130.684,88	141.687,94	140.532,43	133.825,96
Estado e outros entes públicos	31.477,51	29.132,58	26.326,41	24.935,03
Financiamentos obtidos	245.616,91	272.735,00	238.553,02	256.460,28
Outras contas a pagar	166.404,93	193.004,16	157.552,35	163.286,62
Sub Total	574.184,23	636.559,68	562.964,21	578.507,89
Total do passivo	1.605.492,53	1.584.746,55	1.553.996,46	1.505.471,94
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo	3.267.979,79	3.302.074,76	3.349.605,56	3.310.032,44

Anexo 2

Demonstração dos Resultados por naturezas da SCM de Tarouca no período 2012-2015

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS				
		2015	2014	2013	2012	2011
Vendas e serviços prestados		1 502 665,74	1 402 000,43	1 381 661,32	1 431 292,46	1 362 135,99
Subsídios, doações e legados à exploração		792 371,13	750 422,33	741 694,73	687 961,85	679 008,34
Trabalhos para a própria entidade		4 602,38	3 925,11	5 201,78	1 861,67	2 209,34
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-369 640,23	-364 798,65	-359 355,27	-331 005,00	-355 503,56
Fornecimentos e serviços externos		-537 241,18	-536 287,38	-556 401,64	-557 070,55	-564 585,97
Gastos com o pessoal		-1 300 252,50	-1 125 149,34	-1 071 840,86	-1 046 359,47	-998 402,91
Outros rendimentos e ganhos		72 500,97	49 433,24	91 238,36	115 770,52	178 422,95
Outros gastos e perdas		-5 482,00	-41 598,12	-33 489,34	-4 329,32	-36 206,41
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		159 524,31	137 947,62	198 709,08	298 122,16	267 077,77
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-153 215,62	-150 289,96	-141 947,04	-147 042,68	-136 950,90
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		6 308,69	-12 342,34	56 762,04	151 079,48	130 126,87
Juros e rendimentos similares obtidos		21,55	31,69	108,06	21,04	18,00
Juros e gastos similares suportados		-39 330,03	-56 599,58	-51 095,45	-68 938,43	-52 958,25
Resultado antes de impostos		-32 999,79	-68 910,23	5 774,65	82 162,09	77 186,62
Imposto sobre o rendimento do período						
Resultado líquido do período		-32 999,79	-68 910,23	5 774,65	82 162,09	77 186,62